



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 12, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE ABRIL DE 2016
3. REQ. N. 576/16, DATADO DE 13/04/2013 – PC N.º 442/15, DATADO DE 27/11/2015 – ADRIANO FERREIRA DA PONTE
4. REQ. N. 405/16, DATADO DE 16/03/2016 – PC N.º 404/15, DATADO DE 02/11/2015 – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA CASAL GALEGO
5. REQ. N. 635/16, DATADO DE 20/04/2016 – PC N.º 143/16, DATADO DE 20/04/2016 – FERNANDO LETRA LEANDRO
6. REQ. N. 595/16, DATADO DE 15/04/2016 – PC N.º 271/15, DATADO DE 06/08/2015 – ELPÍDIO JESUS CARNIDE

7. REQ. N. 555/16, DATADO DE 12/04/2016 – PC N.º 248/15, DATADO DE 24/07/2015 – LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA
8. REQ. N. 472/16, DATADO DE 30/03/2016 – PC N.º 13/16, DATADO DE 12/01/2016 – LUÍS FILIPE PEREIRA NUNES
9. REQ. N. 613/16, DATADO DE 19/04/2016 – PC N.º 394/15, DATADO DE 22/10/2015 – NELSON LEONEL DE SOUSA FRANCISCO
10. REQ. N. 237/16, DATADO DE 19/02/2016 – PC N.º 93/15, DATADO DE 30/03/2015 – FOZMOLDES, LDA.
11. REQ. N. 422/16, DATADO DE 18/03/2016 – PC N.º 426/14, DATADO DE 04/12/2014 – MÁRIO FELISMINO GASPAR E JOAQUIM FELISMINO GASPAR
12. REQ. N.º 711/16, DATADO DE 03/05/2016 – PC N.º 110/16, DATADO DE 04/04/2016 – SONAERP- RETAIL PROPERTIES SA
13. REQ. N. 1636/15, DATADO DE 09/11/2015 – PC N.º 418/15, DATADO DE 09/11/2015 – JOÃO CARLOS MATEUS DE FIGUEIREDO
14. REQ. N. 618/16, DATADO DE 19/04/2016 – PC N.º 238/15, DATADO DE 14/07/2015 – CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES
15. REQ. N. 616/16, DATADO DE 19/04/2016 – PC N.º 184/14, DATADO DE 30/05/2014 – ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO, MARIA ISABEL DA SILVA CALADO E MARIA GRACIETE SILVA CALADO
16. REQ. N. 653/16, DATADO DE 22/04/2016 – PC N.º 17/97, DATADO DE 07/01/1997 – TAUTI-TÉCNICA INDUSTRIAL DE MOLDES, LDA.
17. REQ. N. 503/16, DATADO DE 04/04/2016 – PC N.º 557/05, DATADO DE 27/07/2005 – CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA.
18. REQ. N. 660/16, DATADO DE 26/04/2016 – PC N.º 1011/02, DATADO DE 19/11/2002 – JOAQUIM NETO MATIAS, IDALECIO GUERRA RODRIGUES E JORGE MANUEL FERREIRA BOIÇA
19. E/2400/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
20. E/3109/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

21. E/2297/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA
22. REQ. N. 617/16, DATADO DE 19/04/2016 – PC N.º 235/14, DATADO DE 01/07/2014 – BOLLINGHAUS STEEL, SA
23. REQ. N. 623/16, DATADO DE 19/04/2016 – PC N.º 16/13, DATADO DE 09/01/2013 – VIDROMECAÂNICA – METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA.
24. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
25. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR ALEGADOS DANOS MATERIAIS - REQUERENTE: EMÍLIA DE JESUS GONÇALVES MAGALHÃES – APRECIACÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA
26. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – RUA DA FINLÂNDIA, NA ZONA INDUSTRIAL - REQUERENTE: JOÃO DE DEUS ROSA MEDEIROS – PROPOSTA DE DEFERIMENTO PARCIAL – AUDIÊNCIA PRÉVIA.
27. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: NUNO JOEL RIBEIRO DOMINGUES – BURACO NO PAVIMENTO DA ESTRADA GARCIA-AMIEIRA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.
28. P.A. N.º 15/2016-AP/DISU - *“RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”* PARA O PERÍODO DE 54 MESES. RATIFICAÇÃO DOS DESPACHOS N.ºS 156/2016-AP/DFTI/2016 DE 29 DE ABRIL E 167/2016-AP/DFTI/2016 DE 4 DE MAIO, AMBOS DE 2016.
29. UNIFORMIZAÇÃO DOS DIVERSOS REGIMES DE RENDA AINDA VIGENTES ANTERIORES A 7 DE MAIO DE 1993 PARA O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE AGOSTO DE 2016.
30. PROPOSTA DE PATROCÍNIO DAS FESTAS DA CIDADE – SOC. INDUSTRIAL DE CERVEJAS (SAGRES) /ROTA DO LIS/UNICER (SUPER BOCK)
31. FESTAS DA CIDADE 2016 – APOIOS E PATROCÍNIOS – INTERMARCHÉ MARINHA GRANDE
32. FESTAS DA CIDADE 2016 – APOIOS E PATROCÍNIOS – LPM – COMÉRCIO AUTOMÓVEL, SA

33. FESTAS DA CIDADE 2016 – APOIOS E PATROCÍNIOS GRUPO ENTREPOSTO/A.
FONTES SA
34. ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – SOCIEDADE
INSTRUÇÃO E RECREIO 1.ª MAIO
35. RESUMO DE TESOURARIA
36. PROTOCOLO DE PARCERIA PARA O FUNCIONAMENTO DA ORQUESTRA JUVENIL
DA MARINHA GRANDE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes de dar a palavra ao público o Sr. Presidente referiu o seguinte:

- Questionou se havia alguma objecção à introdução do ponto 36 na ordem do dia. Todos os Srs. Vereadores concordaram em votar este ponto.
- Convidou todos os presentes para a sessão sobre turismo a realizar hoje, pelas 21:00 horas, no Edifício da Resinagem.
- Recordou que a data da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal coincide com um feriado nacional, o Corpo de Deus, pelo que se realizará na quarta-feira, dia 25/05/2016, às 09:30 horas.

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e estiveram presentes os seguintes munícipes:

1 – Sr. João E. Cruz, residente na Marinha Grande, que apresentou o seguinte e-mail, com pedido de audiência na reunião da Câmara Municipal:

*“Assunto: Audiência na Reunião de Câmara do dia 12 de Maio 2016
Tendo o cidadão apresentado em 18 de Abril 2016 a proposta para a realização por iniciativa da Câmara municipal, do evento, “ 1º Encontro de Combatentes do Concelho da Marinha Grande” “ O concelho honra seus heróis, em parceria com a Liga dos Combatentes, Para quedistas, Bombeiros, além de apoio do Ministério da Defesa Nacional,*

RA4, BA5, PSP, GNR, e Banda Militar. O projeto, que tem em princípio e primeiro objetivo promover uma reflexão sobre o papel do cidadão no contexto da Cidadania, possibilitando o diagnóstico por parte de toda a Vereação e a busca de soluções para o enquadramento do Evento neste mandato e no ano corrente. A apresentação da propostas a Público só após a aceitação por parte do Ministro ou se este declinar no seu Seretário.

PEDIDO DE MARCAÇÃO DE ATENDIMENTO EM AUDIENCIA

Audiencia na Reunião de Camara do dia 12 de Maio 2016,

Assuntos a expôr: - Saber se a propostas “ 1º Encontro de Combatentes do Concelho da Marinha Grande ” - O concelho honra seus heroís.

Se foi aceite a proposta.

Se foi debatida entre os membros do executivo.

Se foi distribuida a todos os Vereadores para apreciação.

Pretende-se saber as diferentes proposiçõesde de opinião; indicações de enriquecimento do acto,calendarização, outras estratégias.

Com os meus Cumprimentos

João E. Cruz”

Na sequência da apresentação da sua proposta, o **Sr. João Cruz** disse que pretendia debatê-la com o executivo.

O **Sr. Presidente** informou que a intervenção do público não se efetuava dessa forma, pelo que lhe concedeu a palavra por 5 minutos, tal como prevê o Regimento.

O **Sr. João Cruz** passou então a apresentar o projeto do evento, que considera uma justa e sentida homenagem aos combatentes, considerando que o mesmo até seria uma boa ação a incluir no PEM.

De seguida leu o programa do evento, bem como a logística a afetar ao mesmo e as entidades a serem convidadas, que constam do documento que distribuiu ao executivo e que se anexa à presente ata (**Anexo 5**).

Enunciou ainda os objetivos do evento, que na sua opinião visa aumentar a satisfação dos munícipes.

O **Sr. Presidente** retirou a palavra ao Sr. João Cruz, dado que já tinha excedido largamente o tempo concedido.

O **Sr. João Cruz** protestou.

2 – Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira, residente na Rua do Sol, n.º 38, Marinha Grande, que expôs um problema relacionado com os esgotos da rua onde reside, que diz arrastar-se desde 2009, mas que ultimamente se tem agravado, especialmente quando chove.

Referiu que a construção de um muro tapou a vala e o pontão não consegue dar vazão às águas, o que origina a inundação do seu quintal. Em 2013 o atual Presidente da Câmara, então Vereador, foi ao local e disse que o problema era dos muros que foram sendo construídos, mas os moradores entendem que não há necessidade de alagar os muros e até já recolheram assinaturas e enviaram para o Ministro do Ambiente.

Na Câmara foram informados que o problema se resolveria em 2015.
No final do ano passado o Sr. Presidente disse que a obra para resolver o problema seria feita em 2017, pelo que pretende saber o que está planeado e o que é que se pretende fazer.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu ao Sr. João Cruz, agradecendo o seu exercício de cidadania.

Informou que o órgão tem o seu Regimento, que percebe que o Sr. Cruz pretenda que o seu assunto seja discutido, mas hoje não está agendado para a reunião, pelo que mais tarde terão oportunidade de falar sobre o assunto.

Informou ainda que a Câmara tem o seu próprio plano de atividades e esta proposta tem que ser analisada dentro deste âmbito.

A Sr.ª Vereadora disse que tem uma reunião agendada com a Liga dos Combatentes, para analisar um evento a levar a cabo para o próximo ano, e que se poderá abordar a forma de enquadrar esta proposta dentro das atividades da Câmara e da Liga.

Sugeriu ao Sr. Cruz que se vá conversando sobre a proposta, no entanto a data de outubro de 2016 parece-lhe que não se enquadra no plano das atividades a desenvolver pela Câmara.

O Sr. Presidente respondeu ao Sr. Agostinho, informando-o que já foi encomendado o projeto da Rua da Vitória, que engloba a resolução deste problema da Rua do Sol, aguardando-se a sua adjudicação.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

⇒ Apresentou um **requerimento** com o seguinte teor:

“Tendo em consideração os projectos que são elaborados pela CMMG com vista à execução das diversas obras, questiona-se:

1 - Projectos transitados de 2015 e concluídos em 2016

a) Designação individual de cada projecto e indicação da percentagem de execução em 2016

b) Indicação individual dos custos associados à percentagem de 2016

2 – Projectos transitados de 2015 e ainda não concluídos

- a) Designação individual de cada projecto e indicação da percentagem de execução até 12 de Maio de 2016*
- b) Indicação individual dos custos associados à percentagem de 2016*

3 – Projectos iniciados em 2016 e ainda não concluídos

- a) Designação individual de cada projecto e indicação da percentagem de execução até 12 de Maio de 2016*
- b) indicação individual dos custos associados à percentagem do executado*

4 – Projectos iniciados e concluídos em 2016

- a) Designação individual de cada projecto*
- b) indicação individual dos custos associados*

Tendo em consideração os projectos da CMMG que são elaborados externamente com vista à execução das diversas obras, questiona-se:

1 - Projectos transitados de 2015 e concluídos em 2016

- a) Designação individual de cada projecto e indicação da percentagem de execução em 2016*
- b) Indicação individual dos custos associados*

2 – Projectos transitados de 2015 e ainda não concluídos

- a) Designação individual de cada projecto e indicação da percentagem de execução até 12 de Maio de 2016*
- b) Indicação individual dos custos associados*

3 – Projectos iniciados em 2016 e ainda não concluídos

- a) Designação individual de cada projecto e indicação da percentagem de execução até 12 de Maio de 2016*
- b) indicação individual dos custos associados*

4 – Projectos iniciados e concluídos em 2016

- a) Designação individual de cada projecto*
- b) indicação individual dos custos associados*

O Vereador

Vítor Manuel Fernandes Pereira”

- ⇒ Referiu que passou junto ao antigo Hotel de S. Pedro, em S. Pedro de Moel, e pareceu-lhe que a construção que aí decorre tem uma grande volumetria para o espaço existente, pelo que questionou se a obra tem sido fiscalizada e se está de acordo com o aprovado.

- ⇒ PEM – de acordo com as instruções do Sr. Vereador Carlos Logrado procurou as informações que pretende mas não conseguiu encontrar nada, pelo que precisa que lhe digam quais foram os resultados práticos alcançados, não as intenções, mas aquilo que efectivamente mudou. Solicitou esta informação para a próxima reunião da Câmara Municipal.
- ⇒ Apoios comunitários e projetos do Portugal 2020 – solicitou informação detalhada sobre quais os projetos apresentados e qual a posição atual de cada um deles, e se há contactos que indiquem quais aqueles que têm mais ou menos possibilidades de serem aprovados.
- ⇒ Perguntou à Sr.^a Vereadora Cidália quem faz a implementação das festas da cidade deste ano: a quem foram contratadas, se são por administração direta e quanto custam, porque a metodologia é diferente do ano anterior, embora não tenha nada contra.
- ⇒ Sr. João Cruz – não vê qualquer obstáculo em acolher a proposta. Parece-lhe um bom evento e é de louvar o exercício da cidadania. Entende que é uma acção meritória, sobre a qual nunca tinha pensado, razão pela qual deve ser acolhida, embora possa não ser para já. Deverá ser também analisada com a Liga dos Combatentes.
- ⇒ Sr. Agostinho Oliveira – tem verificado que quando aqui vêm os munícipes têm sempre razão, mas depois os anos vão passando e as coisas não mudam.
Na primeira página da edição de hoje do Jornal da Marinha Grande vê-se a realização de quilómetros de estrada, o que o deixa perplexo, porque o título não corresponde a qualquer notícia. Como é que se faz esta notícia, perfeitamente eleitoralista, e depois não há notícia?
Considera que é campanha eleitoral, pura e dura, descarada e vergonhosa, que não se admite na sociedade marinhense dos nossos dias.
E perguntou: isto foi encomendado por quem? Foi o Presidente da Câmara que deu esta informação? É uma acção do PEM?
- ⇒ Assembleia Municipal do dia 28 de abril – disse que por várias vezes esteve em desacordo com o Sr. Vereador Aurélio Ferreira, mas aquilo que se passou na sessão da Assembleia Municipal, cruxificando um Vereador deste executivo sem que ele se possa defender, foi pura cobardia política. Não tem procuração para o defender, mas a situação deixou-o incomodado, uma vez que não se podem cercear os direitos democráticos desta maneira. Por isso pediu ao Sr. Presidente da Câmara que sempre que lhe aconteça uma situação destas lhe dê a palavra, senão vai-se embora.
Situações como esta não dignificam a Marinha Grande, que sempre foi um bastião de liberdade e democracia.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Sr. Agostinho – recorda-se de quando este assunto foi aqui abordado e pensava que já estava tudo resolvido. Como ainda não está, espera que seja agora.
- ⇒ Sr. João Cruz – considera que teve uma ideia genial, e que é de louvar o seu empenho e a cidadania, mas há um senão: a Liga é um órgão reconhecido superiormente, pelo que não percebe porque é que a proposta vem de modo próprio e não através da Liga. Para ilustrar esta ideia deu o exemplo do que se passou em Leiria.
Entende que o evento deve ser promovido por um organismo legalmente constituído, que neste caso é a Liga dos Combatentes, embora lhe pareça que a ideia tem pernas para andar.
- ⇒ Eirinhas e Palhão: Rua Isabel Valgrande Vicente – falou na última reunião sobre um cano que estava a verter água. Passados dois dias disseram-lhe que a situação estava resolvida, mas ontem soube que o cano continua a verter água, pelo que alertou para a resolução da situação, porque a água é um bem escasso.
- ⇒ Alertou novamente para o sinal de trânsito colocado em S. Pedro de Moel, que continua por mudar, de modo a que se torne visível para os automobilistas, que continuam a circular em contramão.
- ⇒ Disse que está farto de falar dos assuntos mais importantes e não tem tido êxito, pelo que agora tem falado de assuntos “menores”, na expectativa de que sejam resolvidos.
- ⇒ Referiu ainda que o Sr. Vereador Carlos Logrado lhe disse que era possível fazer a piscina, pelo que pretende saber como é que se vai fazer.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que ia falar de um assunto nunca aqui abordado: os cães em S. Pedro de Moel. Mostrou uma foto de um cão de grande porte a atravessar uma passadeira, na malha urbana de S. Pedro, e que depois se foi juntar a outros, também de grande porte.
Perguntou para quando a resolução deste problema e disse que lamenta profundamente que a CMMG não consiga resolver este problema. Pensa que se poderiam adormecer com um dardo e capturá-los depois, sem lhes fazer mal, dado que eles estão dentro da malha urbana e não estão na mata.
- ⇒ Turismo – espera estar hoje presente na acção sobre o turismo, área pela qual se bateu, mas também entende que se se pretende fomentar o turismo em S. Pedro de Moel tem que se resolver o problema dos cães.
- ⇒ Sr. João Cruz – a proposta é uma justa homenagem aos combatentes, é um evento que promove o concelho, e até poderá ser de âmbito distrital. Não vê qualquer problema em ser apresentado de modo próprio, uma vez que até remete para a Câmara a sua organização. É uma ideia já muito adiantada, mas que remete para a Câmara e para a Liga.

Remete também para a comunidade educativa, que é importante que esteja sensibilizada para o assunto da guerra.

Este tipo de cidadania é sempre bem-vindo.

⇒ Sr. Agostinho – espera que o Sr. Presidente dê a devida atenção ao assunto que tem vindo a expor em diversas reuniões.

⇒ Enalteceu o desporto escolar, deixando um agradecimento ao Professor Justino e a toda a equipa do desporto escolar.

No passado sábado esteve muita gente na Marinha Grande, representando seis distritos do centro do País, e só foi pena o tempo não ter ajudado. Agradeceu também aos Agrupamentos de Escolas, que se empenharam, e pediu à CMMG que mantenha a iniciativa.

⇒ Jogos tradicionais – deu os parabéns à Junta de Freguesia da Marinha Grande, à ACAMG e aos Agrupamentos, pela promoção da revitalização dos jogos tradicionais. Foi uma boa iniciativa, para cerca de 800 crianças, e que deve ser mantida.

⇒ Requerimentos – referiu que espera resposta há dois meses.

⇒ Reforçou o pedido relativo às situações detetadas na sua visita à freguesia da Moita, nomeadamente sobre a necessidade de limpar o local atrás dos prédios de habitação social, que é uma autêntica lixeira, e onde brincam muitas crianças. É uma situação para a qual solicitou urgência.

⇒ CDRsp – disse que o Professor Alberto Cascalho não foi convidado e que é sabido que foi graças a ele que este polo veio para a Marinha Grande, e que foi também ele quem negociou com a EPAMG a cedência das instalações. Se hoje a Marinha Grande tem estas instalações também a ele se deve, pelo que considera justo que seja referido.

⇒ Também lamentou as palavras do deputado municipal, que considerou de um desnorte completo.

Lamentou ainda a forma como a deputada do MpM foi tratada, de tal modo que não é estranho que o próprio Presidente da Assembleia Municipal tenha intervindo.

⇒ Sobre o Jornal da Marinha Grande perguntou: isto é publicidade? E se não for quanto custa aos munícipes uma página cheia de nada?

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

⇒ Sobre a intervenção do munícipe Sr. João E. Cruz, informou que não lhe foi distribuída a proposta que apresentou, nem foi debatida. É de enaltecer a contribuição dos cidadãos, à qual devia ser dada mais importância.

⇒ Quanto ao munícipe Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira, da Rua do Sol, lamentou que uma vez mais tenha vindo falar do mesmo tema, que há anos foi prometido resolver e que se continua a dizer que estão a estudar e a fazer o projeto. Devia ser dado uma data da realização da obra.

- ⇒ Agradeceu as palavras de solidariedade e apoio dos Srs. Vereadores Vítor Pereira e Alexandra Dengucho, e sobre o assunto apenas referiu que foi feito "bullying político". Sentiu-se como aqueles antifascistas que antes do 25 de Abril eram submetidos à tortura, de pés e mãos atados, com uma mordaca que não lhes permitia responder, e a levarem pancada sem se poderem defender.
- ⇒ Felicitou o marinhense João Simões, por se ter sagrado campeão nacional de voleibol, pela equipa Açoriana Fonte Bastardo. Da mesma forma que fez aquando da Taça de Portugal, em que o João Simões perdeu, desta vez foi o marinhense Hugo Gaspar, que capitaneando a equipa do SL Benfica, se sagrou vice-campeão.
- ⇒ Felicitou a Associação Portuguesa de Deficientes, delegação de Leiria, por se ter sagrado campeão nacional de Andebol ACR 7. Recordou que recentemente se tinham sagrado campeões nacionais em ACR 4.
- ⇒ Felicitou a equipa sénior de hóquei em patins do SC Marinhense, por ter ascendido à 2ª divisão nacional.
- ⇒ Felicitou a equipa sénior feminina de voleibol do SOM por ter vencido a Taça da Federação Portuguesa de Voleibol, no último fim-de-semana em Matosinhos, contra o Leixões.
- ⇒ Buracos
- Na rua que fica entre o cemitério e o Parque, existe um passeio que está há anos com buracos, sem paralelos. É um passeio que envolve o Parque e onde passam diariamente muitas crianças para a escola.
 - Vindo dali, atravessando a estrada junto à Farmácia Moderna e seguindo para a rodoviária, temos esse passeio, de que já aqui falou repetidamente, em condições degradantes. Pelo que entende vai ficar assim. Tendo em conta que este passeio foi refeito há pouco tempo, questionou se é responsabilidade da empresa a quem foi adjudicado o serviço ou dos serviços da Câmara.
 - Ainda no Parque existe um painel que supostamente devia ser para informações. O estado de degradação em que se encontra indicia que jamais será para afixar qualquer informação, pelo que questionou o que pretendem fazer: reparar ou arrancar.
- ⇒ Perguntou o que se passa com a empreitada de Requalificação e promoção da acessibilidade da Avenida Eng.º Arala Pinto. O contrato foi assinado a 9 de novembro de 2015, e tinha um prazo de execução de 45 dias, logo devia ter sido terminada ainda em 2015. Já passaram seis meses, ou seja, a obra já demorou quatro vezes mais do que estava adjudicado e continua sem estar pronta. Passa várias vezes ao dia na rotunda das quatro palmeiras e normalmente não vê lá ninguém a trabalhar. O arrastar destas obras cria constrangimentos a quem ali vive e passa, mas é revelador da importância que este executivo permanente dá aos prazos.
- Referiu que esta obra é um exemplo de como são feitas as obras nesta terra. Os municípios necessitam da realização de trabalhos e não anúncios de acções para as quais não há capacidade de as fazer. Concordou, e deliberou nesse sentido, que se ajude, apoie e colabore com o jornal e a rádio da nossa terra. Que se publicitem iniciativas no sentido da divulgação e mais envolvimento dos municípios, como

sejam as festas da cidade ou a semana da educação. Agora pagar a primeira e a última página do jornal com promessas que todos sabem que não são para cumprir, é apenas propaganda e campanha eleitoral. Lamenta que se gaste o dinheiro dos munícipes desta forma, pois seria mais útil gastá-lo a tapar os buracos, evitando a vergonha de algumas ruas do concelho. Se o fizessem, evitava-se ter de pagar indemnizações a munícipes que danificaram as suas viaturas nas crateras das nossas ruas, como são os casos que hoje vêm à reunião de Câmara.

⇒ Referiu que fez uma visita ao Pero Neto, e os munícipes levantaram algumas preocupações e apresentaram sugestões, que constam da listagem que se passa a reproduzir e que irá remeter por e-mail:

“Preocupações e sugestões / PERO NETO

Da partilha que tive no PERO NETO, os munícipes levaram as seguintes preocupações:

1. SANEAMENTO

Manifestaram a falta de saneamento, bem como a questão de haver munícipes que despejam dejectos para as águas pluviais.

SUGESTÕES:

a) Fazer o saneamento e fiscalizar estas denúncias, que são conhecidas na Câmara

2. ÁGUAS

A infraestrutura de águas está decadente

SUGESTÕES:

a) Manutenção

3. ASSOCIATIVISMO

Foi manifestada preocupação pela forma como a Câmara apoia financeiramente as associações.

SUGESTÃO:

a) Criação de critérios transparentes e justos

4. RUA DO PINHEIRO MANSO

A Rua do Pinheiro Manso que liga o Pero Neto aos Matos Verdes, não tem bermas, nem passeios e dois carros não conseguem cruzar.

SUGESTÃO:

a) Reparar convenientemente esta Rua

5. RUA DO VALE

A Rua do Vale que liga o Pero Neto às Trutas, tem uma curva muito apertada, a descer, tem a inclinação ao contrário, e frequentemente há acidentes. O TUMG passa ali com crianças, um dia vai haver um problema

SUGESTÃO

a) Encontrar uma solução para aquela curva

6. RUA DA SEDE

A Rua ao lado da sede que está neste momento em obras, sempre foi chamada a Rua da Sede. Os munícipes reclamam que têm cartas devolvidas porque a rua passou a chamar-se Rua Instrução e Recreio 1º de Dezembro, e os carteiros não entregam as cartas porque a morada da carta não corresponde com o nome da rua.

SUGESTÃO

a) Se a rua sempre se chamou Rua da Sede, os munícipes sugerem que fique exactamente com esse nome

7. RUA DOS FORMALISTAS

A Rua dos Fornalistas só tem um sentido, mas fica com uma entrada muito perigosa na estrada principal do Pero Neto

SUGESTÃO

a) Mudar o sentido da rua, mantendo um único sentido

8. CRUZAMENTO

A entrada na EN 242, vindo da estrada principal do Pero Neto é uma verdadeira armadilha. Quem não conhece pensa que está numa rotunda e entra na EN 242. Quem vem pela Rua da Indústria, do lado da ZI da Marinha Pequena, tem muita dificuldade em entrar na EN 242 e os carros vindos de Leiria rapidamente chegam, causando acidentes frequentes, alguns muitos graves.

SUGESTÃO

a) Interceder junto das Estradas de Portugal para que se faça uma verdadeira rotunda com o centro na EN 242

9. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

As ruas têm muito pouca iluminação, de tal modo que os munícipes não podem andar na rua durante a noite

SUGESTÃO

a) Interceder junto da EDP para melhorar a iluminação pública

10. ACESSIBILIDADES

Faltam acessibilidades nos percursos pedonais. Não existem rampas nem pavimento acessível a peões e pessoas com mobilidade condicionada

SUGESTÃO

a) Criar acessibilidades

11. *CAMIÕES*

Existe um problema com a passagem do trânsito pesado, para as quais as ruas não estão preparadas e torna-se perigoso para os munícipes e principalmente para as crianças

SUGESTÃO

- a) Fazer uma variante externa para o trânsito de acesso à zona industrial, que há tanto tempo foi pedida."*

⇒ Apresentou dois requerimentos, cujo conteúdo se passa a reproduzir, que gostaria de ver respondidos. Um sobre a prescrição do pagamento da água e o outro sobre a participação no III Encontro Ibérico do Orçamento Participativo.

"REQUERIMENTO

No Relatório de Auditoria é referido que no mapa da EPAL em conciliação com o GAM existe um saldo do último semestre de 2015, e assim elegíveis, no montante de € 475.175,00. Refere ainda que os montantes anteriores a esta data não são de considerar, dado que prescrevem decorridos seis meses, excepto os que tiveram procedimento de cobrança litigiosa pelos serviços.

Assim gostaria de solicitar:

- a) A lista completa dos devedores de água, bem como o valor da dívida a quem não foram cobradas as dívidas nos últimos seis meses e que perfazem € 475.175,00;*
- b) A lista completa dos devedores de água, bem como o valor da dívida a quem não foram cobradas as dívidas que prescreveram por terem passado seis meses, e portanto, já não temos o direito ao recebimento;*
- c) A lista dos procedimentos de cobrança litigiosa, levantada pelos serviços.*
- d) A que unidade orgânica e a quem cabe a cobrança desta dívida."*

"REQUERIMENTO

No âmbito da participação do adjunto do presidente Dr. Nelson Araújo e do Sr. Telmo Reis, no III Encontro Ibérico dos Orçamentos Participativos nos passados dias 7, 8 e 9 de Abril, venho pelo presente solicitar cópia dos seguintes documentos:

- 1. Informação que despoleta o processo e na qual conste o despacho de autorização e designação dos dois elementos acima descritos para a participação nesta iniciativa.*

2. Processo de contratualização da viagem, alojamento, refeições, inscrição na iniciativa e demais despesas executadas, incluindo a requisição e documento onde é dado o despacho de autorização para a execução da despesa.

3. Facturas/recibo referentes ao pagamento de todas as despesas inerentes a esta participação.

4. Indicação da Divisão Financeira e da Divisão de Recursos Humanos sobre se houve lugar ao pagamento de ajudas de custo e que montante.

5. Relatório de participação e certificado de participação.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

⇒ Agradeceu a participação dos munícipes e pediu ao Sr. Presidente que não conte para o tempo da sua intervenção a resposta que pretende dar ao Sr. Vereador Vítor Pereira, relativamente ao PEM.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** interrompeu para dizer que pretende as respostas por escrito.

⇒ Sr. João Cruz – considerou que a sua proposta é bem-vinda, embora não haja este hábito. Já falaram os dois e já disse ao Sr. João Cruz que acha a ideia interessante, mas também lhe disse que não a adotaria, se fosse o Presidente da Câmara. A Câmara tem que ter a preocupação de gastar bem os seus meios, e naquilo que faz deve ter retorno, material e não só, porque o contentamento dos munícipes é também um retorno. Nas suas colaborações com o Sr. Presidente e com a Sr.^a Vereadora sempre que apresenta qualquer proposta tem sempre em vista o retorno económico.

A ideia é boa, tem potencial, mas deve ter outro enquadramento. Em vez de ser numa tarde, a atividade devia ser de 3 dias, para as pessoas aqui permanecerem, e a sua dimensão não devia ser só concelhia, mas sim nacional.

Sugeri ao Sr. Cruz que fale com as várias associações, para que, funcionando em rede, pudesse, mais tarde ou mais cedo, vir a ser incluída na agenda de eventos da CMMG.

Também lhe tinha dito que falaria com as associações e fê-lo, para lhes dizer que se devem associar a esta ideia.

A ideia é excelente, mas é difícil estabelecer um calendário, uma vez que ainda não está trabalhada, e até lhe parece que não seja possível em 2016, porque, na sua opinião, deverá levar cerca de 6 meses a montar o evento.

⇒ Rua do Sol – a Câmara tem o hábito de prometer tudo e depois não consegue fazer, e isto vem desde sempre. Enquanto não se transformar a forma de trabalhar da Câmara não é possível, daí que o PMA seja fundamental para isto, mas antes tem que haver uma mudança de atitude.

Foi ver a Rua do Sol e detetou três problemas: a idade das infraestruturas, a inclinação do terreno e o pontão, já para não falar do desrespeito dos munícipes pela natureza.

Em primeiro lugar, os munícipes devem questionar o que é que podem fazer pelo concelho e não o que o concelho pode fazer por eles.

Em relação aos outros três aspetos: a obra foi prometida, mas para si não deveria ser feita nos próximos 10 anos, porque não é justo empregar uma parte dos dinheiros públicos naquela rua e deixar outras por fazer. Não concorda que se faça um projeto e uma obra porque não são problemas de grande monta, pois a inclinação resolve-se com a colocação de uma válvula de retorno, que soluciona os problemas dos próximos 10 anos.

O pontão fazia-o já, porque é rápido e é barato.

Terminou alertando os munícipes para o facto de não ser possível fazer tudo, e quem o disser está a enganar a população, pelo que não se devem deixar enganar.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira cumprimentou todos os presentes, a quem desejou um dia feliz.

Seguidamente respondeu o seguinte às questões colocadas:

- ⇒ Festas da cidade – na próxima reunião trará a resposta devidamente elaborada.
- ⇒ Sr. João Cruz – pretende esclarecer alguns mal-entendidos, porque o Sr. Vereador Vítor Pereira depreendeu das suas palavras que o projeto não era para fazer, e não é isso. Não tem uma atitude para enganar ninguém. A proposta concisa foi hoje aqui apresentada, e segundo depreendeu até já teria sido falada com outros Vereadores. No *timing* que o Sr. Cruz apresenta é que lhe parece não ser possível. Reconhece todo o mérito na proposta e vai ver como é que se enquadra nas acções da Câmara e no seguimento da reunião que já tem agendada com a Liga dos Combatentes.
- ⇒ Agradeceu as palavras da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho sobre o desporto escolar. Os jogos tradicionais são feitos em parceria, e a Câmara já tinha esta intenção de fazer as iniciativas. Os intervenientes também já foram convidados a continuar com as mesmas.
- ⇒ Relativamente à atribuição dos nomes das ruas, informou o Sr. Vereador Aurélio Ferreira que houve uma comissão de toponímia que estudou o assunto da designação das ruas.
- ⇒ Informou que tem havido reuniões com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para a eventualidade do projeto “Dá-te a conhecer” poder ser integrado nas comemorações do 10 de junho.

O Sr. Vereador António Santos pediu ao Sr. Presidente que permita que o Sr. Vereador Carlos Logrado lhe responda sobre a questão da piscina.

O Sr. Presidente não autorizou e disse que vai dar as respostas às questões que lhe foram colocadas.

Respondeu o seguinte:

- ⇒ Em relação ao requerimento apresentado pelo Sr. Vereador Vítor Pereira, foi esclarecido que a percentagem é de execução de projeto e não de obra.
- ⇒ Obra de S. Pedro – vai ser vista pela fiscalização.
- ⇒ Apoios comunitários – vai responder por escrito.
- ⇒ Sr. João Cruz – a Câmara tem tendência a dar sempre razão, mas não se pode substituir as associações e instituições pelo cidadão individual. Ainda agora no 25 de abril a Junta de Freguesia homenageou os mortos, em colaboração com outros parceiros. Não tira o mérito da proposta, mas se há uma coletividade para esses fins não se pode esvaziar.
- ⇒ Lixo na Moita – vai ver o que se passa.
- ⇒ Convite do CDRsp – informou que os convites não foram feitos na Câmara, e que ele próprio foi convidado.
- ⇒ Postura do deputado municipal João Paulo Pedrosa na A.M. – o Sr. Vereador poderia ter pedido a palavra se se sentiu ofendido. Não tem mais nada a referir.
- ⇒ Embora a Câmara seja criticada por falta de planeamento, a verdade é que há esse planeamento e está previsto intervir nas ruas do concelho. Não se trata de pintá-las de preto mas intervir como deve ser, porque o dinheiro escasseia.
- ⇒ Cães – o assunto não está esquecido. Há uma proposta para fazer o trabalho, por parte de uma associação de voluntários, que não é barata mas que vai analisar.
- ⇒ Buracos nos passeios – há uma prestação de serviços generalista para diversos passeios.
- ⇒ Av.^a Arala Pinto – o assinar do contrato não significa que a obra seja adjudicada logo. Neste momento não tem presente o prazo mas vai ver.
- ⇒ Pero Neto – fica a aguardar o envio da listagem das preocupações.
- ⇒ Rua Sociedade 1.º de Dezembro – está a ser remodelada, inclui a rede de águas e saneamento e também contempla os passeios, desde que haja cedência e espaço disponível para os executar.
- ⇒ Rua dos Fornalistas – os técnicos já foram ver a possibilidade da inversão do sentido do trânsito. Parece-lhe que será possível mas eles depois dirão.
- ⇒ Requerimentos – vai responder por escrito.
- ⇒ Atos de vandalismo de grande vulto no centro da cidade – o lago do Parque da Cerca foi esvaziado por duas vezes no fim-de-semana, originando uma grande mortandade de peixe. Nos parques infantis novos houve roubo de peças e destruição. No Parque Mártires sucedeu o mesmo. Na segunda-feira a empresa veio fazer o levantamento das necessidades e na terça-feira foi visitado pela ASAE, que foi chamada pelo município que viu o vandalismo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

O **Sr. Presidente** terminou a sua intervenção informando que a restauração do concelho da Marinha Grande ocorreu em 1917, pelo que no próximo ano se comemora o primeiro centenário. Ele próprio vai coordenar as comemorações, com vista a catapultar o nosso município, não só internamente como também para o exterior.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** informou que ontem entregou na Segurança Social o projeto da creche, para poder vir a ter sequência e para revalidar o anterior parecer.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:15 horas às 11:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 12, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE ABRIL DE 2016

262 - Presente a ata n.º 12, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 22 de abril de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N. 576/16, DATADO DE 13/04/2013 – PC N.º 442/15, DATADO DE 27/11/2015 – ADRIANO FERREIRA DA PONTE

263 - Presentes requerimentos n.º 1777/15, n.º 225/16, n.º 411/16 e n.º 576/16 registados em 2015/11/27, 2016/02/17, 2016/03/17 e 2016/04/13, respetivamente, referente ao projeto de arquitetura do processo n.º 442/15, respeitante ao pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros** de vedação, proposto para o prédio sito na Rua da Várzea, lugar dos Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.196 e descrito na Conservatória do Registo Predial da

Marinha Grande sob o n.º 6.189, apresentado por **ADRIANO FERREIRA DA PONTE**, com o NIF 124245331, residente em rua do Campinho, n.º 274, freguesia de Santa Eufémia, Leiria. Do prédio objeto do pedido com 690 m2, serão cedidos ao domínio público 18 m2 para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 672 m2. Presente parecer técnico datado de 2016/04/18, que refere que o projeto de arquitetura poderá ser aprovado com condicionalismo.

Após análise da pretensão, bem como do parecer técnico de 2016/04/18, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 1777/15, n.º 225/16, n.º 411/16 e n.º 576/16 registados em 2015/11/27, 2016/02/17, 2016/03/17 e 2016/04/13, respetivamente, referente ao projeto de arquitetura do processo n.º 442/15, respeitante ao pedido de licenciamento de obra de construção uma moradia e muros de vedação, proposto para o prédio sito na rua da Várzea, lugar dos Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.196 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.189, apresentado por **ADRIANO FERREIRA DA PONTE**, com o NIF 124245331, residente em Rua do Campinho, n.º 274, freguesia de Santa Eufémia, Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Apresentação, em igual período, de peças gráficas, nomeadamente de planta de acessibilidade – desenho n.º 10, cuja representação do muro corrobore o conteúdo da memória descritiva e desenho n.º 8/março de 2016.

ACEITAR a cedência para o domínio público de uma parcela de terreno com a área de 18,00 m2, para passeio. Após a cedência o prédio, com a área inicial de 690,00 m2, ficará com a área de 672,00 m2.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 405/16, DATADO DE 16/03/2016 – PC N.º 404/15, DATADO DE 02/11/2015 – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA CASAL GALEGO

264 - Presente pedido com o registo n.º 405/16, datado de 16/03/2016 relativo a **instalação de serviço de apoio domiciliário**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.663 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13.282, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

licenciamento n.º 404/15, com data de entrada de 02/11/2015, apresentado por **ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA CASAL GALEGO**, com o NIPC 501 540 563, com sede na Rua Clube Desportivo Casal Galego, n.º 5A, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presentes pareceres favoráveis da Autoridade Nacional de Proteção Civil, da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, e do Instituto de Segurança Social, IP.

Presente informação técnica, datada de 2/05/2016, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado, propondo o seu deferimento.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea b) do n.º 3 artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a instalação de uma unidade de apoio domiciliário, no edifício sito na rua Clube Desportivo Casal Galego, n.º 5A, Casal Galego, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7.663 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13282, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 404/15, com data de entrada de 02/11/2015, apresentado por **ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA CASAL GALEGO**, com o NIPC 501 540 563, com sede na Rua Clube Desportivo Casal Galego, n.º 5A, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários para o bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 635/16, DATADO DE 20/04/2016 – PC N.º 143/16, DATADO DE 20/04/2016 – FERNANDO LETRA LEANDRO

265 - Presente requerimento n.º 635/16, datado de 2016/04/20, constante do processo camarário n.º 143/16, subscrito por **FERNANDO LETRA LEANDRO**, com o NIF 156496593, residente na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 44-A, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da obra de “Legalização de Ampliação de Edifício de Habitação Unifamiliar”** existente, incluindo a sua alteração, localizado num prédio sito na Rua de São Pedro, n.º 7, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 300, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 3.445.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/04/27, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “*Legalização de Ampliação de Edifício de Habitação Unifamiliar*” existente, incluindo a sua alteração, localizado num prédio sito na Rua de São Pedro, n.º 7, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 300, e inscrito na matriz sob o artigo número 3445, com o número de processo 143/16, com data de entrada em 2016/04/20, apresentado por FERNANDO LETRA LEANDRO, com o NIF 156496593, residente na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 44-A, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.**
- 2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**
- 3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários por necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 595/16, DATADO DE 15/04/2016 – PC N.º 271/15, DATADO DE 06/08/2015 – ELPÍDIO JESUS CARNIDE

No início da discussão deste ponto a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que o requerente foi seu cliente.

O Sr. Presidente declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código.

266 - Presente requerimento n.º 595/16, datado de 2016/04/15, constante do processo camarário n.º 271/15, subscrito por ELPÍDIO JESUS CARNIDE, com o NIF 149133383, residente em Rua da Ermida, n.º 210, Serra do Porto do Urso, freguesia de Monte Real, concelho de

Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Legalização e alteração de barracão e construção de muro de vedação”*, a levar a efeito num prédio urbano sito na José Pereira Inácio, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.774, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leira sob o artigo número 5.597, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2015/10/15.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/04/22, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Legalização e alteração de barracão e construção de muro de vedação”*, a levar a efeito num prédio urbano sito na José Pereira Inácio, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.774, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leira sob o artigo número 5.597, com o número de processo 271/15, com data de entrada em 2015/08/06, apresentado por ELPÍDIO JESUS CARNIDE, com o NIF 149133383, residente em Rua da Ermida, n.º 210, Serra do Porto do Urso, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua José Pereira Inácio, sendo o alinhamento do lancil determinado pelo alinhamento do lancil existente no prédio confinante a Nascente. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de calcário de 0,12x0,22m e calçada em pedra calcária de 0,05x0,05x0,05m. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, devendo rebaixar para 0,04m na entrada do prédio numa distância mínima de 3,50m. Na execução do passeio, deverá ser considerada a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento, de modo a evitar o crescimento de ervas. Deverá ainda prever o remate entre o passeio e o pavimento existente em betuminoso.
2. Os muros de vedação entre extremas, deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, não podendo exceder a altura de 1,80m contados a partir da cota natural do terreno. A parte do muro de vedação confinante com a via pública, deverá garantir, numa extensão de 1,50m a contar do limite do espaço público, uma altura de 0,80m, podendo ser encimado por elementos gradeados, ou sebes vivas, com o máximo de 0,70.

Mais delibera informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 555/16, DATADO DE 12/04/2016 – PC N.º 248/15, DATADO DE 24/07/2015 – LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA

267 - Presente pedido com o registo n.º 555/16, datado de 12/04/2016 relativo à **legalização de um edifício destinado a indústria**, existente na Rua da Machinha, n.º 878, freguesia de Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.316 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 343, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de legalização n.º 248/15, com data de entrada de 24/07/2015, apresentado por **LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA**, com o NIF 183485726, residente na Rua do Sol, n.º 79, Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 26/11/2015; Presente informação técnica, datada de 29/04/2016, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites. Presente informação técnica, datada de 3/05/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de legalização de um edifício destinado a indústria, existente na Rua da Machinha, n.º 878, freguesia de Moita e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.316 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 343, da referida freguesia da Moita, a que se reporta o processo camarário n.º 248/15, com data de entrada de 24/07/2015, apresentado por **LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA**, com o NIF 183485726, residente na Rua do Sol, n.º 79, Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 472/16, DATADO DE 30/03/2016 – PC N.º 13/16, DATADO DE 12/01/2016 – LUÍS FILIPE PEREIRA NUNES

268 - Presentes processo camarário n.º 13/16, registado em 2016/01/02, referente pedido de **licenciamento de obra de demolição das construções** existentes no prédio sito na Rua de S. Pedro de Moel, n.º 94, **licenciamento (legalização) de obras de construção** executadas em desconformidade com o projeto licenciado em 1983, no prédio sito na Rua de S. Pedro de Moel, n.º 92, **licenciamento de obra de ampliação** a realizar na moradia e **licenciamento de obra de construção de um anexo destinado a garagem**, incidentes nos prédios sitos na Rua de São Pedro de Moel n.º 92 e n.º 94, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17.803 e n.º 10.983 e inscritos na matriz urbana sob os artigos n.º 20.007 e n.º 2.003, respetivamente, apresentado por **LUÍS FILIPE PEREIRA NUNES**, com o NIF 133417280, residente em Rua de S. Pedro de Moel, n.º 92, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2016/02/18.

Presentes projetos das especialidades que acompanham o requerimento n.º 472/16, registado em 2016/03/30, devidamente instruído com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datada de 2016/04/29, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser tomada uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

Após análise da pretensão bem como o parecer técnico datado de 2016/14/29, que sobre a pretensão recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de demolição das construções existentes no prédio sito na Rua de S. Pedro de Moel, n.º 94, licenciamento (legalização) de obras de construção executadas em desconformidade com o projeto licenciado em 1983, no prédio sito na Rua de S. Pedro de Moel, n.º 92, licenciamento de obra de ampliação a realizar na moradia e licenciamento de obra de construção de um anexo destinado a garagem, incidentes nos

prédios sitos na Rua de São Pedro de Moel n.º 92 e n.º 94, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17803 e o n.º 10983 e inscritos na matriz urbana sob os artigos n.º 20007 e n.º 2003, respetivamente, apresentado por LUÍS FILIPE PEREIRA NUNES, com o NIF 133417280, residente em Rua de S. Pedro de Moel, n.º 92, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, a que se reporta o processo camarário n.º 13/16, registado em 2016/01/02, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2016/02/18.

Mais delibera:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.
- 4 – Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 5- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 6- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.
- 7- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 8- A concessão da autorização de utilização da moradia fica condiciona à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial do registo da unificação dos prédios, conforme descrito na memória descritiva do projeto de arquitetura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 613/16, DATADO DE 19/04/2016 – PC N.º 394/15, DATADO DE 22/10/2015 – NELSON LEONEL DE SOUSA FRANCISCO

269 - Presente requerimento n.º 613/16, datado de 2016/04/19, constante do processo camarário n.º 394/15, subscrito por NELSON LEONEL DE SOUSA FRANCISCO, com o NIF 261053140, com residência na Rua Luciano Migueis, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Alteração e ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro de vedação”* existentes, a incidir sobre um prédio urbano sito na Rua Luciano Migueis, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.076, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 7.384, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara datada de 2015/11/26. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/04/29, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, os termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Alteração e ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro de vedação”* existentes, a incidir sobre um prédio urbano sito na Rua Luciano Migueis, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.076, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.384, da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 394/15, com data de entrada em 2015/10/22, apresentado por NELSON LEONEL DE SOUSA FRANCISCO, com o NIF 261053140, com residência na Rua Luciano Migueis, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, com os seguintes condicionalismos:

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Mais delibera:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

10 - REQ. N. 237/16, DATADO DE 19/02/2016 – PC N.º 93/15, DATADO DE 30/03/2015 – FOZMOLDES, LDA.

270 - Presente pedido com o registo n.º 237/16, datado de 19/02/2016 relativo a **alteração e ampliação a realizar em obra**, ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no edifício industrial em construção ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 53/15, localizado na Rua das Cavadinhas, Lameira da Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 802 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 825, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 93/15, com data de entrada de 30/03/2015, apresentado por **FOZMOLDES, LDA.**, com o NIPC 503 833 703, com sede na Rua das Cavadinhas, Lameira da Embra, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 04/05/2016, que atesta encontrarem-se os projetos de alteração apresentados devidamente elaborados e instruídos, estando o presente pedido em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **alteração e ampliação a realizar em obra**, ao abrigo do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no edifício industrial em construção ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 53/15, localizado na Rua das Cavadinhas, Lameira da Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 802 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 825, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 93/15, com data de entrada de 30/03/2015, apresentado por **FOZMOLDES, LDA.**, com o NIPC 503833703, com sede na Rua das Cavadinhas, Lameira da Embra, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá apresentar o original do alvará de obras de construção n.º 53/15 para que se possa proceder ao respetivo aditamento;

2 – De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 24 do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), a ampliação pretendida enquadra o edifício em construção no âmbito das operações com impacto urbanístico relevante, por se tratar de um edifício industrial localizado fora de zona industrial com plano de pormenor eficaz, cuja área de construção ultrapassa os 1.000,00

m2, sendo devido o pagamento da respetiva taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas, nos termos do artigo 122º do RMEUMMG;

3 – Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 44.º do RJUE, deverá igualmente proceder ao pagamento da compensação devida pela não cedência de terreno para espaços verdes de utilização coletiva e para equipamento de utilização coletiva, calculada de acordo com o constante no artigo 127º do RMEUMMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 422/16, DATADO DE 18/03/2016 – PC N.º 426/14, DATADO DE 04/12/2014 – MÁRIO FELISMINO GASPAS E JOAQUIM FELISMINO GASPAS

271 - Presente pedido com o registo n.º 422/16, datado de 18/03/2016, relativo a **alterações em obra**, realizadas ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no edifício em construção ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 15/15, em vigor até 15/06/2016, sito na Estrada do Guilherme, n.º 127, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.757 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.993, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 426/14, com data de entrada de 04/12/2014, apresentado por **MÁRIO FELISMINO GASPAS** com o NIF 105 262 676, residente na Rua da Salgueira, n.º 23, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande e por **JOAQUIM FELISMINO GASPAS**, com o NIF 124 333 680, residente na rua da Base Aérea, n.º 64, freguesia de Amor, concelho de Leiria.

Presente informação técnica, datada de 03/05/2016, que atesta encontrarem-se os projetos de alteração apresentados devidamente elaborados e instruídos, estando o presente pedido em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido com o registo n.º 422/16, datado de 18/03/2016, relativo a **alterações em obra**, realizadas ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no edifício em construção ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 15/15, em vigor até 15/06/2016, sito na estrada dos Guilhermes, n.º 127, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4757 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9993, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

licenciamento n.º 426/14, com data de entrada de 04/12/2014, apresentado por MÁRIO FELISMINO GASPAR com o NIF 105 262 676, residente na Rua da Salgueira, n.º 23, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande e por JOAQUIM FELISMINO GASPAR, com o NIF 124 333 680, residente na Rua da Base Aérea, n.º 64, freguesia de Amor, concelho de Leiria

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá apresentar o original do alvará de obras de construção n.º 15/15 para que se possa proceder ao respetivo aditamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 711/16, DATADO DE 03/05/2016 – PC N.º 110/16, DATADO DE 04/04/2016 – SONAERP- RETAIL PROPERTIES SA

272 - Presente pedido com o registo n.º 711/16, datado de 03/05/2016 relativo a licenciamento de construção de edifício comercial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2710, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 110/16, com data de entrada de 04/04/2016, apresentado por SONAERP- RETAIL PROPERTIES SA, com o NIPC 501 913 246, com sede em Espido – Via Norte, Maia;

Presente informação técnica, datada de 09/05/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido, com condicionalismos.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de edifício comercial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2710, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 110/16, com data de entrada de 04/04/2016, apresentado por SONAERP- RETAIL PROPERTIES SA, com o NIPC 501 913 246, com sede em Espido – Via Norte, Maia, condicionado, nos termos do n.º 4 do mesmo articulado legal, à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos seguintes elementos:

1.- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido pela presente operação urbanística, decorrente da operação de destaque com o n.º 136/16, aprovada em reunião de Câmara de 22/04/2016, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial;

- 2.- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação;
- 3.- Aprovação do processo de obras de urbanização relativo à requalificação das infraestruturas na rua Manuel Dinis Parreira e de pavimentação na rua da Marinha Grande e acessos ao parque de estacionamento da superfície comercial e estabelecimento do respetivo contrato de obras de urbanização, a celebrar com o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 55º do RJUE.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- a) Dada a dimensão e características da presente operação urbanística, verifica-se que a mesma se enquadra nas operações urbanísticas de impacto relevante, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 24 do RMEUMMG, pelo que são devidas as taxas pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas (TU) e as cedências para espaços verdes e de utilização coletiva e para equipamento de utilização urbanística ou a compensação, ao município, pela sua não cedência, de acordo com o n.º 5 do artigo 44º do RJUE.
- b) Considerando que a instalação do presente edifício acarreta a necessidade de execução, por parte do promotor, de obras de urbanização, a que corresponde o processo de obras de urbanização n.º 137/16, ao valor da TU será reduzido o montante previsto para a realização dessas obras.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1636/15, DATADO DE 09/11/2015 – PC N.º 418/15, DATADO DE 09/11/2015 – JOÃO CARLOS MATEUS DE FIGUEIREDO

273 - Presente requerimento n.º 418/15, datado de 2015/11/09, constante do processo camarário n.º 418/15, subscrito por JOÃO CARLOS MATEUS DE FIGUEIREDO, com o NIF 102452300, residente na Rua Aprendiz Vidreiro, n.º 4, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração de edificação existente”* e ao licenciamento da *“Alteração de edificação existente”*, localizada num prédio urbano sito na Rua Aprendiz Vidreiro, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.252 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.669 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/04/28, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração de edificação existente”* e ao licenciamento da *“Alteração de edificação existente”*, localizada num prédio urbano sito na Rua Aprendiz Vidreiro, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.252 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.669 da referida

freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 418/15, com data de entrada em 2015/11/09, apresentado por JOÃO CARLOS MATEUS DE FIGUEIREDO, com o NIF 102452300, residente na Rua Aprendiz Vidreiro, n.º 4, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/04/28, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do CPA, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o projeto de arquitetura violar o n.º 8 do art. 5.º do regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, dado a legalização da alteração de edificação existente, não garantir o cumprimento do número mínimo de dois lugares de estacionamento exigidos no interior do prédio, ao prever um lugar de estacionamento a afetar ao estacionamento existente, deixando a habitação de dispor de um lugar de estacionamento, conforme anteriormente se verificava.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 618/16, DATADO DE 19/04/2016 – PC N.º 238/15, DATADO DE 14/07/2015 – CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES

274 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 618/16, datado de 19/04/2016, apresentado por CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES, com o NIF 191709751, com morada em Rua da Esperança, n.º 8, R/C Frente, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a edificação destinada a arrumos sita em Rua Actor Álvaro, n.º 11-B, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização e ampliação, licenciadas no âmbito do processo n.º 238/15.

Presente parecer técnico datado de 20/04/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à edificação destinada a arrumos, sita em Rua Actor Álvaro, n.º 11-B, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de CRISTINA MARIA MURTINHEIRA ROQUE MARQUES, com o NIF 191709751, com morada em Rua da Esperança, n.º 8, R/C Frente, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 616/16, DATADO DE 19/04/2016 – PC N.º 184/14, DATADO DE 30/05/2014 – ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO, MARIA ISABEL DA SILVA CALADO E MARIA GRACIETE SILVA CALADO

275 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 616/16, datado de 19/04/2016, apresentado por **ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO**, com o NIF 113638914, com morada em Rua do Bico do Brejo, n.º 5, Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria, por **MARIA ISABEL DA SILVA CALADO**, com o NIF 114148759, com morada em Rua D. João Pereira Venâncio, n.º 249, 2.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande e por **MARIA GRACIETE SILVA CALADO**, com o NIF 116963514 e morada em Rua dos Pimentas, n.º 5-A, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização, alteração e ampliação, licenciadas no âmbito do processo n.º 184/14.

Presente parecer técnico datado de 20/04/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício, sita em Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO, com o NIF 113638914, com morada em Rua do Bico do Brejo, n.º 5,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria, de MARIA ISABEL DA SILVA CALADO, com o NIF 114148759, com morada em Rua D. João Pereira Venâncio, n.º 249, 2.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande e de MARIA GRACIETE SILVA CALADO, com o NIF 116963514 e morada em Rua dos Pimentas, n.º 5-A, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 653/16, DATADO DE 22/04/2016 – PC N.º 17/97, DATADO DE 07/01/1997 – TAUTI-TÉCNICA INDUSTRIAL DE MOLDES,LDA.

276 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 653/16, datado de 22/04/2016, apresentado por TAUTI-TÉCNICA INDUSTRIAL DE MOLDES,LDA., com o NIPC 502341700, com sede em Rua das Cavadinhas, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Lameira de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção e de legalização de alterações foram licenciadas no âmbito do processo n.º 17/97.

Presente parecer técnico datado de 28/04/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à edificação, sita em Lameira de Picassinos, freguesia e

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

concelho de Marinha Grande, propriedade de TAUTI-TÉCNICA INDUSTRIAL DE MOLDES,LDA., com o NIPC 502341700, com sede em Rua das Cavadinhas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 503/16, DATADO DE 04/04/2016 – PC N.º 557/05, DATADO DE 27/07/2005 – CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA.

277 - Presente processo de licenciamento referente à obra de “**construção de um edifício habitacional e muros**”, composto por dois fogos de habitação, executado na rua do Moinho de Cima, Pedrulheira, na freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.339 e inscrito na matriz predial urbana da Marinha Grande sob o n.º 18.632, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 557/05, de 27/07/2005, aprovado em reunião de Câmara de 05/06/2014, em nome de **CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA.**, com o NIPC 506 224 368, com sede na Rua de Leiria, n.º 36, Monte Real, Leiria.

Presente requerimento n.º 503/16, de 04/04/2016, pelo qual é solicitada a emissão de certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

Deferir e mandar emitir a certidão requerida por CONSTRUÇÕES SONHO REAL, LDA., com o NIPC 506 224 368, com sede na Rua de Leiria, n.º 36, Monte Real, Leiria, para que o edifício, a que se reporta o processo de licenciamento referente à obra de “construção de um edifício habitacional e muros”, composto por dois fogos de habitação, executado na Rua do Moinho de Cima, Pedrulheira, na freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13.339 e inscrito na matriz predial urbana da Marinha Grande sob o n.º 18.632, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 557/05, de 27/07/2005, aprovado em reunião de Câmara de 05/06/2014, comprovativa de que o edifício, tal como foi licenciado, cumpre os requisitos para que possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Código Civil.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 660/16, DATADO DE 26/04/2016 – PC N.º 1011/02, DATADO DE 19/11/2002 – JOAQUIM NETO MATIAS, IDALECIO GUERRA RODRIGUES E JORGE MANUEL FERREIRA BOIÇA

278 - Presente processo de licenciamento n.º 1011/02, apresentado por JOAQUIM NETO MATIAS, com o NIF 123579350, residente em Rua Principal, n.º 46, Escoura, IDALECIO GUERRA RODRIGUES, com o NIF 111357292, residente em Rua Principal, n.º 52, Escoura e JORGE MANUEL FERREIRA BOIÇA, com o NIF 128132701, residente em Rua Principal, n.º 48, Escoura, respeitante à constituição de cinco lotes de terreno, incidente sobre o prédio inicialmente descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 5.205 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 8.086, sito no lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, ao qual foi atribuído o Aditamento ao Alvará de Obras de Urbanização n.º 14/1980.

Presente requerimento n.º 660/16, datado de 26/04/2016, a solicitar a substituição da garantia bancária n.º 4602255040000178, do Banco Popular datada de 17 de agosto de dois mil e quinze, prestada pelos requerentes, como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, infraestruturas viárias, sinalização horizontal, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas pluviais, rede de energia elétrica, rede de telecomunicações e rede de gás, no montante atual de € 4.449,70 (quatro mil quatrocentos e quarenta e nove euros e setenta cêntimos), por depósito em dinheiro nos cofres da Câmara Municipal.

Presente parecer dos serviços datado de 03/05/2016, a enquadrar a pretensão.

Após análise do pedido e do parecer técnico que sobre ele recaiu a Câmara Municipal delibera:

1 – Aceitar a substituição da garantia bancária n.º 4602255040000178, do Banco Popular datada de 17 de agosto de dois mil e quinze, prestada por JOAQUIM NETO MATIAS, com o NIF 123579350, residente em Rua Principal, n.º 46, Escoura, IDALECIO GUERRA

RODRIGUES, com o NIF 111357292, residente em Rua Principal, n.º 52, Escoura e JORGE MANUEL FERREIRA BOIÇA, com o NIF 128132701, residente em Rua Principal, n.º 48, Escoura, como garante da boa e regular execução das obras de urbanização executadas no âmbito do processo de licenciamento n.º 1011/02, designadamente, infraestruturas viárias, sinalização horizontal, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas pluviais, rede de energia elétrica, rede de telecomunicações e rede de gás, no montante atual de € 4.449,70 (quatro mil quatrocentos e quarenta e nove euros e setenta cêntimos), por depósito em dinheiro nos cofres da Câmara Municipal;

2 – Mandar libertar o montante de € 4.449,70 (quatro mil quatrocentos e quarenta e nove euros e setenta cêntimos), da garantia bancária n.º 4602255040000178, do Banco Popular datada de 17 de agosto de dois mil e quinze, após os requerentes demonstrarem que promoveram a prestação da caução destinada a garantir a boa e regular execução das referidas obras de urbanização por depósito em dinheiro, nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - E/2400/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

279 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/2400/2016, datado de 15/03/2016, de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala em 6,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Avenida da Liberdade n.º 155, Bloco A, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 23/03/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 6,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Avenida da Liberdade, n.º 155, Bloco A, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a marcação rodoviária eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - E/3109/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

280 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/3109/2016, datado de 11/04/2016, de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala em diversos arruamentos num total de 495,00 metros, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo Travessa António Maria da Silva, Rua do Portinho e Travessa da Rua do Portinho, freguesia e concelho de Marinha Grande, e na Travessa Actor Álvaro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 21/04/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

1 - Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 455,00 metros de pavimento, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua do Portinho e Travessa da Rua do Portinho, freguesia de Marinha Grande, e na Travessa Actor Álvaro, freguesia de Vieira de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a marcação rodoviária eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

2 – Emitir parecer DESFAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 40,00 metros de pavimento, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural a levar a cabo na Travessa António Maria da Silva, freguesia de Marinha Grande, nos termos e fundamentos do parecer que a seguir se transcreve, concedendo um prazo de 10 dias úteis, para querendo, se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro:

“O pavimento da Travessa é em calçada de granito e o pavimento da Rua António Maria da Silva em betão betuminoso. Ambos os pavimentos estão em bom estado de conservação sem cortes ou reparações. Estes pavimentos foram executados recentemente, no âmbito da empreitada “Beneficiação da Rua António Maria da Silva”, na altura a Lusitaniagás executou todas as infraestruturas que entendeu necessárias. A execução da rede agira pretendida, pressupõe um corte de betuminoso na Rua António Maria da Silva para ligação à rede existente. Pelo exposto, estes serviços são da opinião que não se deve autorizar o corte de betuminoso da Rua António Maria da Silva. Assim, deve ser estudada uma solução alternativa, nomeadamente a ligação à rede já existente na Travessa.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - E/2297/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA

281 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/2297/2016, datado de 10/03/2016, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, para abertura de vala numa extensão de 43,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes a uma baixada de energia elétrica (ramal da EDP), a levar a cabo em **Rua das Colónias Balneares, n.º 6A, S. Pedro de Moel**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia elétrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia elétrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 15/03/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 43,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., a levar a cabo em Rua das Colónias Balneares, n.º 6A, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.
- d) Tratando-se de uma obra a executar numa das praias do concelho, deverá ser cumprido o estipulado no artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, pelo que os trabalhos deverão ser suspensos do dia 01 de julho a dia 31 de agosto, promovendo todas as ações de desobstrução da via pública estar concluídas antes do período de suspensão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 617/16, DATADO DE 19/04/2016 – PC N.º 235/14, DATADO DE 01/07/2014 – BOLLINGHAUS STEEL, SA

282 - Presente requerimento de BOLLINGHAUS STEEL, SA, com o registo de entrada n.º 617/16, de 19-04-2016, a solicitar a junção ao seu processo, com o n.º 235/14, referente ao Programa de Apoio ao Investimento Industrial, da declaração do Instituto de Segurança Social, IP, (centro distrital de Leiria) a comprovar o número de trabalhadores que teve ao seu serviço no mês de abril do corrente ano.

Considerando que:

- Foi celebrado, em 01-08-2014, entre a Câmara Municipal e a sociedade BOLLINGHAUS STEEL, SA, com o NIPC 503752533 e sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, um contrato de apoio ao investimento industrial com o n.º 65/2014;
- A Câmara Municipal tomou uma deliberação em 29-10-2015, em que considerou cumprida a alínea a) do n.º 1 da cláusula 3.º do referido contrato, uma vez que a sociedade em causa, criou 50 postos de trabalho nas instalações objeto do processo de licenciamento de obras com o n.º 235/14, de que é titular, ou seja mais 30, do que aqueles a que estava obrigada;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

- Deliberou, ainda, nessa mesma reunião, notificar a interessada para que apresentasse, no mês de abril do corrente ano, nova declaração da Segurança Social, a comprovar que mantinha os 20 postos de trabalho criados;
- Dando cumprimento à mencionada deliberação, a referida sociedade, juntou, através do requerimento com o registo de entrada n.º 617/16, de 19-04-2016, nova declaração do Instituto da Segurança Social, IP (centro distrital de Leiria), datada de 07-04-2016;
- De acordo com essa declaração o número de trabalhadores foi, no corrente mês de abril, de 233;
- Relativamente ao mês de setembro de 2015, foram contratados mais 15 trabalhadores;
- Desde o início do contrato não foram apenas criados 20, mas sim 65 postos de trabalho.

A Câmara Municipal delibera considerar cumprida a obrigação estipulada na alínea a) do n.º 1 da cláusula 3.ª do contrato n.º 65/2014 celebrado em 01-08-2014, no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento Industrial, entre a Câmara Municipal e a sociedade BOLLINGHAUS STEEL, S.A., com o NIPC 503752533 e sede na Travessa da Indústria, n.º 6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, por ter ficado comprovado que, no mês abril do corrente ano, a sociedade tinha ao seu serviço 233 trabalhadores, ou seja mais 65 do que aqueles que constavam da declaração do Instituto da Segurança Social, IP, datada de maio de 2014, que acompanhou o pedido de concessão do benefício de isenção de taxas, concedido ao abrigo do mencionado Programa.

Mais delibera NOTIFICAR a interessada para que apresente, no mês de setembro de 2016 – data a partir da qual aquela obrigação se extingue - nova declaração do Instituto da Segurança Social, IP, que comprove que, nessa data, os 20 postos de trabalho que estava obrigada a criar, se mantêm, dando assim cumprimento ao n.º 1 da cláusula 6.ª do referido contrato.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 623/16, DATADO DE 19/04/2016 – PC N.º 16/13, DATADO DE 09/01/2013 – VIDROMEÇÂNICA – METALOMEÇÂNICA VIDREIRA, LDA.

283 - Presente declaração do Instituto da Segurança Social (centro distrital de Leiria), com o registo de entrada n.º 623/16, de 19-04-2016, datada de 11-04-2016, apresentada por VIDROMEÇÂNICA – METALOMEÇÂNICA VIDREIRA, LDA, com o NIPC 501630341 e sede na Rua Central, n.º 22, lugar da Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, necessária para efeitos de comprovação do cumprimento da alínea a) do n.º 1 da cláusula 3.ª e cláusula 6.ª do contrato de apoio ao investimento celebrado entre esta Câmara Municipal e aquela sociedade.

Considerando que:

- Foi celebrado, em 07-10-2013, entre a Câmara Municipal e a sociedade **VIDROMECAÂNICA – METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA**, com o NIPC 501630341 e sede na Rua Central, n.º 22, lugar da Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, um contrato de apoio ao investimento industrial com o n.º 70/2013;
- Na data da celebração do contrato a referida sociedade tinha ao seu serviço 37 trabalhadores – cfr. declaração do Instituto da Segurança Social (centro distrital de Leiria), datada de 03-10-2013;
- De acordo com as alíneas a) do n.º 1 da cláusula 3.ª e cláusula 6.ª, respetivamente, daquele contrato, constituía obrigação da sociedade em causa a criação de 1 posto de trabalho nas instalações objeto do processo de licenciamento n.º 16/2013 e a manutenção do mesmo durante um ano, a contar da data do início efetivo da laboração da unidade industrial;
- Para efeitos do n.º 2 da cláusula 3.ª do contrato então celebrado, presumia-se que o início da laboração ocorreria no prazo de 45 dias seguidos, a contar da data da emissão do alvará de autorização de utilização, ou seja, no caso em apreço, no dia 05-12-2014, se tivermos em conta que o referido alvará foi emitido a 21-10-2014;
- Em abril de 2015 a interessada tinha ao seu serviço 39 trabalhadores, cfr. declaração do Instituto da Segurança Social datada de 14-04-2015;
- Decorrido um ano sobre estes factos o número de trabalhadores aumentou para 42 – cfr. Declaração daquele Instituto de 11-04-2016;
- As declarações apresentadas demonstram que o número de trabalhadores foi sempre superior ao exigido no mencionado contrato;
- Para além da obrigação de criar um posto de trabalho, o contrato impunha, na sua cláusula 6.ª, o dever de o manter durante o período de um ano, a contar da data do início efetivo da laboração;
- O prazo de um ano terminou no passado dia 05-12-2015;
- A interessada criou e manteve o posto de trabalho a que estava obrigada durante o prazo de vigência daquele contrato;

Terminado o período de vigência do contrato de investimento industrial, com o n.º 70/2013, celebrado com VIDROMECAÂNICA – METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA, NIPC 501630341 e sede na Rua Central, n.º 22, lugar da Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, cumpridas que foram as obrigações assumidas pela referida sociedade, a Câmara Municipal delibera considerar o processo de concessão de benefícios em contrapartida da realização de investimentos industriais e subsequente criação de um posto de trabalho, concluído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

284 - O Clube Desportivo e Recreativo das Figueiras, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

-Licença especial de ruído para realização da Convenção de dança e fitness a realizar no dia 21 de maio de 2016.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela da Albergaria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização do Jantar primaveril no dia 21 de maio de 2016.

-Licença de Publicidade alusiva ao evento.

A Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para realização do Campeonato Nacional Estrada Patinagem a realizar nos dias 21 e 22 de maio de 2016.

-Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;

-Licença para instalação de recinto improvisado;

-Licença de Publicidade alusiva ao evento.

Presentes informações nºs 24/AF, 25/AF e 26/AF de 9 de maio de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Clube Desportivo e Recreativo das Figueiras, a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela da Albergaria, a Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, das licenças de instalação e funcionamento de Recintos improvisados e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

25 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR ALEGADOS DANOS MATERIAIS - REQUERENTE: EMÍLIA DE JESUS GONÇALVES MAGALHÃES – APRECIÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA

285 - Presente Informação jurídica n.º 432/2016, de 04.04.2016, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Anexo IV);

Presente Informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 02.02.2016 (Anexo III)

Presentes movimentos Webdoc respeitante à E/106/2016, de 30.12.2015 (Anexo II)

Presente requerimento n.º E/106/2016, de 30.12.2015, apresentado por Emília de Jesus Gonçalves Magalhães, residente na Rua da Embra, n.º 29, r/chão dto – Embra, freguesia da Marinha Grande, no qual requer indemnização no valor de 40,00 €, correspondente ao valor de reparação do alegado dano causado no pneu do veículo automóvel com a matrícula 37-86-QF, em 28 de dezembro de 2015, pelas 15h30m, ao embater num buraco coberto de água, existente na Rua das Rosas Silvestres, freguesia da Marinha Grande, quando circulava com o veículo automóvel pelo referido arruamento (Anexo I).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 432/2016, de 04.04.2016, que fica anexa à presente ata (Anexo I) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar a requerente Emília de Jesus Gonçalves Magalhães do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – RUA DA FINLÂNDIA, NA ZONA INDUSTRIAL - REQUERENTE: JOÃO DE DEUS ROSA MEDEIROS – PROPOSTA DE DEFERIMENTO PARCIAL - AUDIÊNCIA PRÉVIA.

286 - Presente requerimento apresentado em 16-02-2016, nesta Câmara Municipal, pelo lesado João de Deus Rosa Medeiros, solicitando o ressarcimento dos danos sofridos na sua viatura automóvel quando circulava na Rua da Finlândia, na Zona Industrial da Marinha Grande e bateu numa caixa de visita que se encontrava mais elevada, de que resultaram

danos no carter e no pára-brisas, cuja reparação foi orçamentada num valor, respectivamente, de 431,73€ e 234,93€.

Presente Participação da PSP datada de 17-02-2016, na qual descreve os factos verificados no local.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

Presente informação jurídica n.º 1/418/2016-FO, de 30-03-2016, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui:

- 1) Pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, João de Deus Rosa Medeiros, pelos danos no carter da viatura, que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.
- 2) Pela inexistência de elementos probatórios suficientes para suportar o pedido de pagamento da indemnização no que respeita aos alegados danos no pára-brisas, por não existir qualquer referência aos mesmos na Participação da PSP.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/418/2016 - FO, que fica anexa à presente ata (Anexo 2) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o lesado/requerente, João de Deus Rosa Medeiros, residente na E.N. 356, n.º 8, Jardoeira, 2440-386 Batalha, do presente projecto de decisão de deferimento parcial do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: NUNO JOEL RIBEIRO DOMINGUES – BURACO NO PAVIMENTO DA ESTRADA GARCIA-AMIEIRA – RESPONSABILIDADE CIVIL – Apreciação e Deferimento.

287 - Presente requerimento apresentado em 01-03-2016 nesta Câmara Municipal, por Nuno Joel Ribeiro Domingues, portador do Cartão de Cidadão n.º 11924184 6ZYg, válido até 02-06-2020, titular do NIF 227352211, residente na Rua do Carreirinho, n.º 61, Casal dos Claros, 2400-765 Amor, Leiria, no qual descreve os danos que sofreu na sua viatura automóvel, quando no dia 21 de fevereiro de 2016, pelas 11H00, circulava na Estrada da Garcia em direcção à Amieira, mesmo em frente dos armazéns da empresa Galo Vidro, cuja reparação

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

foi orçamentada em 466,40€, acrescidos de IVA à taxa legal, danos que imputa aos serviços municipais.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datada de 17-03-2016.

Presente Informação n.º 1/420/2016-FO, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, Nuno Joel Ribeiro Domingues, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/420/2016 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 3), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 466,40€ (quatrocentos e sessenta e seis euros e quarenta cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal, apresentado por Nuno Joel Ribeiro Domingues, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais deliberou informar o lesado, Nuno Joel Ribeiro Domingues, que deve comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, munido do recibo correspondente ao pagamento da reparação, nos exatos termos que constam do orçamento apresentado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - P.A. N.º 15/2016-AP/DISU - “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 54 MESES. RATIFICAÇÃO DOS DESPACHOS N.ºS 156/2016-AP/DFTI/2016 DE 29 DE ABRIL E 167/2016-AP/DFTI/2016 DE 4 DE MAIO, AMBOS DE 2016.

288 - Presente o despacho n.º 156/2016-AP/DFTI, datado de 29/04/2016, do Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve na íntegra:

“Presente processo de aquisição n.º 15/2016 – AP/DISU, iniciado por deliberação camarária de 17 de março de 2016.

Considerando que foram apresentados cinco pedidos de esclarecimentos, por parte de interessados no procedimento pré-contratual identificado em epígrafe.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

Considerando o elevado número de questões e a necessidade de assegurar uma resposta tão completa e esclarecedora quanto possível.

Considerando que deve ser assegurado aos interessados um período de tempo adequado à elaboração das suas propostas.

Considerando que a ata de resposta aos esclarecimentos foi disponibilizada aos interessados em 28 de abril corrente, pelo que importa promover a prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas.

Considerando que não foi possível assegurar a publicação dos anúncios devidos no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, no dia 28 de abril de 2016 atenta a hora da disponibilização dos esclarecimentos pelo júri, 17h27m, o que também determina a prorrogação do referido prazo.

Considerando que a prorrogação do prazo de apresentação das propostas não é suscetível de causar quaisquer prejuízos à entidade adjudicante ou aos interessados.

Considerando que a prorrogação do prazo permite as adequadas condições ao funcionamento da concorrência de mercado.

Considerando que, no entanto, esta prorrogação se deve restringir ao estritamente indispensável, salvaguardando os direitos dos interessados no adequado e devido cumprimento da lei.

Considerando que é legalmente admissível a emissão do presente despacho, que deve ser ratificado na próxima reunião da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ante o exposto, prorrogo o prazo fixado para a apresentação das propostas no âmbito do procedimento identificado em epígrafe até às 23:00 horas do dia 10 de maio de 2016, de acordo com os artigos 36.º, n.º 1 e 64.º, n.ºs 1 e 4, do Código dos Contratos Públicos e com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Presente ainda o despacho n.º 167/2016-AP/DFTI, datado de 04/05/2016, do Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve na íntegra:

“Presente processo de aquisição nº 15/2016 – AP/DISU, iniciado por deliberação camarária de 17 de março de 2016.

Considerando que por meu despacho datado de 29/04/2016 foi prorrogado o prazo fixado para a apresentação das propostas no âmbito do procedimento identificado em epígrafe até às 23:00 horas do dia 10 de maio de 2016.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

Considerando que atenta a informação n.º 19/SC de 29/04/2016, se averigua que a prorrogação de prazo para a apresentação de propostas no âmbito do P.A. N.º 15/2016-AP/DISU - Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande, carece de retificação, tendo sido proposto que a data limite para apresentação de propostas fosse fixada no dia 22 de maio de 2016.

Ante o exposto, prorrogo o prazo fixado para a apresentação das propostas no âmbito do procedimento identificado em epígrafe até às 23:00 horas do dia 22 de maio de 2016, de acordo com os artigos 36.º, n.º 1 e 64.º, n.ºs 1 e 4, do Código dos Contratos Públicos e com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro."

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar os despachos n.ºs 156/2016-AP/DFTI/2016 de 29 de abril e 167/2016-AP/DFTI/2016 de 4 de maio, ambos de 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - UNIFORMIZAÇÃO DOS DIVERSOS REGIMES DE RENDA AINDA VIGENTES ANTERIORES A 7 DE MAIO DE 1993 PARA O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE AGOSTO DE 2016.

Antes da votação, e face à preocupação manifestada pelos Srs. Vereadores relativamente ao aumento de grande parte das rendas, a Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira explicou a forma como foram efetuados os cálculos de uniformização dos diversos regimes de renda em vigor.

289 - Presente informação n.º 589/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 4 de maio, a dar conta da necessidade de uniformizar os regimes de renda anteriores a 7 de maio de 1993, para o regime de arrendamento apoiado, por força da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

A Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

A referida Lei, entrou em vigor a 1 de março de 2015;

Considerando que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado

familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Considerando que o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando que o n.º 3 do artigo 1 da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro determina que: “ *a renda mensal não pode exceder o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor patrimonial tributário do fogo.*”

Considerando ainda que de acordo com o n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro: “ *A renda máxima em regime de arrendamento apoiado é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda condicionada.*”

Considerando o despacho da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira, no sentido de se dar início à uniformização de todos os regimes de renda vigentes para o do arrendamento apoiado, conforme determina a lei anteriormente mencionada;

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:

Rua Professor Melo Vieira:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
1	Iria dos Anjos M. Duarte	R/C Esq.º	28/02/1974	21,04€	12,87€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

1	Cecília Marques F. Pereira	1.º Dto	01/04/1974	25,89€	20,30€
3	Emília de Jesus	R/C Dto	04/02/1974	21,04€	36,49€

Rua Professor Melo Vieira:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
3	Ester da Conceição Duarte	R/C Esq.º	01/04/1974	21,04€	38,12€
3	M.ª de Lurdes Nunes Santos	3.º Esq.º	01/04/1974	21,04€	15,12€
7	Albino Grácio	2.º Dto	09/08/1982	43,30€	36,60€
9	Armando Sousa Custódio	R/C Esq.º	28/02/1974	18,23€	24,27€
9	Teresa Pinheiro de Sousa	1.º Esq.º	01/07/1992	97,97€	101,90

ATUALIZAÇÕES FASEADAS

Rua Professor Melo Vieira:

Bloco 1

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
M.ª Vitória C. Gonçalves	R/C Dto	01/04/1974	26,66€	38,04€	49,41€	60,79€
Corália Rego dos Santos	1.º Esq.º	01/04/1974	21,04€	55,44€	89,83€	124,23€
Aldina da Conceição	3.º Dto	01/05/1974	21,04€	55,85€	90,65€	125,46€

Bloco 3

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Guida M.ª Santos Ferreira	1.º Esq.º	01/03/1980	16,33€	52,30€	88,26€	124,23€
Mário Almeida	2.º Dto	21/02/1974	21,04€	45,49€	69,95€	94,40€

Bloco 5

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Idalina Santos Marcelino	1.º Esq.º	01/04/1974	18,23€	32,91€	47,59€	62,27€
Emília Salvado	1.º Dto	01/04/1974	18,23€	41,63€	65,03€	88,43€
José Manuel Roque Pestana	3.º Dto	01/08/1982	43,30€	63,17€	83,03€	102,90€

Bloco 7

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Armando Mendes Matos	R/C Dto	01/04/1974	18,23€	45,80€	73,38€	100,95€
Ricardo Simões Pereira	R/C Esq.º	01/04/1974	18,23€	45,80€	73,38€	100,95€
M.ª Hermínia Bichaço Glória	1.º Dto	01/04/1974	18,23€	25,50€	32,77€	40,04€
Manuel João M. Pires	1.º Esq.º	01/04/1974	17,59€	29,55€	41,50€	53,46€
Manuel Hipólito S. Sampaio	3.º Esq.º	01/04/1974	16,88€	45,55€	74,23€	102,90€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

Bloco 9

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
M.ª Lucília Alves Costa	1.º Dto	01/03/1974	20,80€	47,83€	74,87€	101,90€
Fernanda Cardoso das Neves	2.º Dto	26/02/1982	24,18€	41,33€	58,49€	75,64€
Ernesto Albino D. Oliveira	3.º Dto	01/09/1987	36,30€	58,50€	80,70€	102,90€

Casal de Anja:

ATUALIZAÇÕES FASEADAS

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Dulce Murta Ferrão	6	01/02/1983	2,06€	21,65€	41,24€	60,83€
Albertina Luísa dos Reis	10	25/05/2008	6,02€	57,04€	108,05€	159,07€
Felismina da Conceição Leitão	11	01/02/1983	2,65€	6,06€	9,46€	12,87€

Avenida da Liberdade: Bloco L

ATUALIZAÇÕES FASEADAS

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Rolando Mário Bica	R/C Fte Esq.º	04/12/1978	17,38€	24,65€	31,91€	39,18€
Fernanda Alves Pombo	1.º Fte Dto	01/03/1982	33,24€	57,28€	81,32€	105,36€
Adriano José J Gomes	1.º Fte Esq.º	22/03/1983	17,60€	54,32€	91,03€	127,75€
Manuel Francisco Silva	2.º Dto	02/07/1980	13,98€	43,75€	73,52€	103,29€
Elvira Conceição Cantante	3.º Dto	12/12/1978	10,32€	30,70€	51,08€	71,46€
M.ª La Salete P. Costa	3.º Fte Esq.º	12/12/1978	12,20€	23,92€	35,63€	47,35€
José Augusto J. Graça	4.º Dto	30/06/1980	36,41€	59,06€	81,70€	104,35€

Avenida da Liberdade: Bloco M

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
António Carlos Palhinha	3.º Fte Dto	04/12/1978	12,87€	11,14€

ATUALIZAÇÕES FASEADAS

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Vergílio C. Duarte	3.º Fte Esq.º	/1978	9,91€	32,82€	55,72€	78,63€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

M.ª Carolina T. Gomes	4.º Esq.º	27/06/1984	3, 92€	19,82€	35,71€	51,61€
-----------------------	-----------	------------	--------	--------	--------	--------

Av. da Liberdade: Bloco 5

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Júlia Maria Bento Pereira	2º Dto.	01/11/1991	35,32€	49,65€	63,98€	78,31€

Praceta da Liberdade:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
1	M.ª da Luz Ferreira S. Soares	1.º Dto	01/06/1976	6,25€	4,19€
2	Regina Ferreira Martins	R/C Dto	01/06/1976	14,34€	4,19€
2	Paula Margarida G. Nascimento	2.º Esq.º	01/06/1976	18,21€	4,19€
3	Maria Conceição F. S. Miguel	2.º Esq.º	01/06/1976	15,79€	11,04€
4	Joaquim José Loureiro Santos	3.º Esq.º	01/12/1976	18,21€	22,73€
5	José António Norte	R/C Dto	01/12/1976	96,56€	173,25€
8	Paulo Jorge Mendes Ferreira	2.º Dto	01/12/1976	18,21€	10,35€

ATUALIZAÇÕES FASEADAS

Praceta da Liberdade:

Bloco 1

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Rosalina Carvalho Freitas	2.º Dto	01/06/1976	2,32€	75,77€	149,21€	222,66€

Bloco 2

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Abel Aveiro Carqueija	R/C Esq.º	01/06/1976	18,21€	56,03€	93,85€	131,67€
Joaquim Silva Ribeiro	2.º Dto	01/06/1976	15,79€	84,08€	152,36€	220,65€
Laura Maria Pinho Silva	1.º Dto	01/05/2002	4,85€	7,64€	10,43€	13,22€
M.ª Augusta P. Caetano	3.º Esq.º	01/12/1976	18,21€	44,19€	70,17€	96,15€

Bloco 4

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Manuel Jesus Oliveira	2.º Dto	01/06/1976	15,79€	43,36€	70,93€	98,50€
Natália Jesus Augusto	2.º Esq.º	01/12/1976	18,21€	36,04€	53,87€	71,70€

Bloco 5

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Baltazar M. S. Figueiredo	1.º Dto	01/12/1976	15,79€	68,28€	120,76€	173,25€
Ermelinda Oliv.ª F. Carvalho	1.º Esq.º	01/12/1976	12,48€	28,31€	44,13€	59,96€

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

Vivina Santos Pais Pereira	2.º Dto	01/12/1976	15,79€	68,28€	120,76€	173,25€
Rogério Santos Moita	3.º Dto	01/12/1976	15,79€	63,99€	112,18€	160,38€
M.ª Encarnação B. Fonseca	3.º Esq.º	01/12/1976	12,48€	36,96€	61,43€	85,91€

Bloco 6

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
José António R. Carvalho	R/C Dto	01/12/1976	12,48€	23,46€	34,43€	45,41€
Álvaro Henriques Martins	1.º Dto	01/12/1976	12,48€	63,46€	114,45€	165,43€
Judite Conceição S. Vieira	2.º Dto	01/12/1976	12,48€	63,46€	114,45€	165,43€
M.ª do Carmo R. Afonso	3.º Esq.º	01/12/1976	15,79€	80,82€	145,85€	210,88€

Bloco 7

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
José Américo Silva Paulo	R/C Dto	01/12/1976	15,79€	22,60€	29,42€	36,23€
António José Norte Damião	2.º Dto	01/11/1981	15,79€	78,51€	141,24€	203,96€
Antónia M.ª B. Viana	2.º Esq.º	01/12/1976	18,21€	36,53€	54,84€	73,16€

Bloco 8

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
M.ª Fernanda S. Salvado	3.º Dto	01/12/1976	6,25€	8,94€	11,63€	14,32€
Orfina Oliveira Ruivo	1.º Dto	01/12/1976	15,71€	64,70€	113,68€	162,67€

Camarnal Velho:

FOGO	MORADOR	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
5	José M.ª Oliveira Carvalho	01/01/1989	15,44€	11,76€
6	Joaquim Manuel S. Carvalho	01/01/1989	67,94€	113,23€
17	M.ª Nantília M. Carmo	01/01/1989	61,69€	112,56€
22	Gracinda Maria Filipe	01/04/1980	8,49€	12,35€
33	António Pinto Carvalho	01/01/1989	48,33€	56,83€

ATUALIZAÇÕES FASEADAS

Camarnal Velho:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Auréli Tojeira Rosa	15	01/01/1983	45,84€	71,54€	97,23€	122,93€
Mário Rui Sousa	28	01/01/1989	68,57€	101,42€	134,26€	167,11€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

Rua General Humberto Delgado:

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
30	Leonel Domingues Gentil	R/C B	01/03/1987	12,90€	9,82€

ATUALIZAÇÕES FASEADAS

Rua General Humberto Delgado:

Bloco 30

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Lina M. ^a Santos Palhinha	2. ^o C	01/11/1986	29,18€	102,37€	175,55€	248,74€
José Venâncio O. Carvalho	2. ^o D	01/02/1987	24,17€	49,12€	74,07€	99,02€

Bloco 32

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Maria Conceição D. Jardim	R/C A	01/05/1985	15,86	66,19€	116,52€	166,85€
Reinildo Jesus Santos	1. ^o D	01/10/1992	28,33€	59,12€	89,92€	120,71€

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16
1	Gastão Alberto Alves Salvado	3 ^o D	01/08/1983	40,98€	14,68€
3	Políbia Jesus Ribeiro	R/C D	01/08/1983	28,99€	31,15€
5	Leonel Fernandes A. Aldeia	R/C D	01/08/1983	23,29€	18,87€
5	Anabela das Neves	2 ^o B	01/08/1983	35,74€	11,04€
5	Fernando Ferreira Silva	3 ^o A	01/08/1983	28,43€	32,31€

ATUALIZAÇÕES FASEADAS

Rua Júlio Braga Barros:

Bloco 1

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Manuel Jesus Moita	R/C C	01/08/1983	3,18€	80,85€	158,52€	236,19€
Dina Maria Cardoso Santos	1 ^o B	01/08/1983	24,97€	49,42€	73,87€	98,32€
Carlos Inácio Vieira Silva	3 ^o B	01/08/1983	43,94€	93,90€	143,86€	193,82€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

Bloco 3

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Maria Celeste C. Monteiro	R/C B	01/08/1983	2,31€	6,58€	10,85€	15,12€
Ilda Gouveia Alves	2ºA	01/08/1983	6,25€	8,44€	10,64€	12,83€
Maria Teresa Correia	2ºD	01/08/1983	18,61€	69,14€	119,67€	170,20€
Cesarina P. L. Alexandre	3º C	01/08/1983	23,87€	36,62€	49,38€	62,13€

Bloco 5

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
José Manuel Rodrigues	1ºA	01/08/1983	54,64€	113,92€	173,21€	232,49€
António Emílio Silva Santos	1ºD	01/08/1983	46,30€	61,94€	77,58€	93,22€
Maria José F. C. Teixeira	3ºB	01/03/1989	2,31€	22,02€	41,74€	61,45€

Delibera ainda que as rendas acima mencionadas entrem em vigor a partir de 1 de agosto do corrente ano, nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - PROPOSTA DE PATROCÍNIO DAS FESTAS DA CIDADE – SOC. INDUSTRIAL DE CERVEJAS (SAGRES) /ROTA DO LIS/UNICER (SUPER BOCK)

Antes da votação registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** louvou a mudança de atitude relativamente ao ano anterior, uma vez que há duas propostas e as contas foram feitas. É outra atitude, por isso deu os parabéns à Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que acha bem que as coisas melhorem, pois significa que se aprendeu com a experiência. Mas se se evoluiu em termos de metodologia, os resultados é que não são os melhores. Esperava que as duas edições anteriores viessem valorizar a edição futura, mas verifica que não há qualquer evolução, quer em termos de patrocínios quer de valores, há estagnação e os resultados são iguais. Há outra metodologia mas não há eficácia. O Sr. Vereador Carlos Logrado atacou o modelo dos anos anteriores, agora é o mesmo modelo e não o critica.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que gostou das festas do ano passado, mas entende que devia haver pagamento reduzido, para atenuar os custos.

O **Sr. Presidente** referiu que a entrada livre é também uma forma indirecta de apoiar as coletividades, porque se se pagasse talvez não se consumisse tanto.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** esclareceu que apenas se está a discutir o patrocínio e não o modelo das festas, com o qual não concorda, pelos motivos que tem mencionado.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

290 - Presente a informação nº I/536/2016 de 26 de abril de 2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, com análise das manifestações de interesse no apoio às “Festas da Cidade” - edição de 2016, expressas pelas empresas Sociedade Central de Cervejas, representante da marca “Sagres” e Rota do Lis, representante, na região, da empresa Unicer e da marca “Super Bock”.

A empresa Sociedade Industrial de Cervejas (Sagres) considera dois cenários possíveis de patrocínio às “Festas da Cidade”, enquanto que a Empresa Rota do Lis/Unicer (Super Bock) considera apenas um formato de apoio ao evento, cujas propostas se encontram em anexo e recaem sobre dois tipos de contrapartidas a ceder por parte das empresas:

- a) Financeiras/comerciais, através da concessão de patrocínio financeiro ao Município da Marinha Grande, e de descontos sobre o preço dos produtos comercializados pelas Associações;
- b) Logísticas, ao nível do apoio com equipamento e assistência técnica.

Relativamente às contrapartidas a ceder por parte do Município/Associações destacam-se:

- a) O regime de exclusividade de venda dos produtos comercializados pelas empresas;
- b) Compra de produto ao distribuidor local;
- c) Em todos os materiais de comunicação/divulgação do evento, a colocação de logotipo do patrocinador com prévia validação pelo patrocinador;
- d) A decoração do recinto com materiais da marca – bandeiras, lonas, insufláveis, chapéus, etc.

No cenário 1, apresentado pela empresa Sociedade Industrial de Cervejas (Sagres), a contrapartida financeira ao nível do patrocínio é mais vantajosa que as demais, mas também é menos vantajosa que as demais ao nível dos descontos a praticar nos produtos a comercializar.

No cenário 2, apresentado pela empresa Sociedade Industrial de Cervejas (Sagres), a contrapartida financeira ao nível do patrocínio é menos vantajosa que as demais, mas é muito mais vantajosa ao nível dos descontos a praticar nos produtos a comercializar.

A empresa Rota do Lis/Unicer (Super Bock) apresenta uma proposta intermédia ao nível das contrapartidas financeiras para o Município da Marinha Grande e Associações mas, se tivermos em conta o consumo médio de cerveja do ano anterior (8000 litros), a diferença do valor do patrocínio a entregar ao Município não é significativa face aos valores dos descontos que as Associações poderiam usufruir.

Relativamente à cedência de equipamentos, as propostas contém alguns aspetos diferenciadores, entre os quais se destacam a esplanada.

A Sociedade Central de Cervejas prevê a cedência de 80 a 100 mesas de esplanada e 40 a 50 chapéus de sol com a dimensão de 3mts. e 25 chapéus de 1,80mts, enquanto a Rota do Lis/Unicer prevê a cedência de 120 mesas de 6 a 8 lugares e a cedência de 50 chapéus com dimensão de 3mts. Porém, considera-se as propostas equivalentes na medida em que se as mesas não tiverem chapéus, não vão ser utilizadas a maior parte do dia, à semelhança do ano passado.

A Sociedade Central de Cervejas (Sagres) não prevê os abastecimentos suplementares durante o dia mas, à semelhança do ano anterior, podem ser fornecidas bebidas a mais e serem devolvidas as que não forem abertas.

Considerando os valores de consumo de cerveja no ano anterior, os montantes relativos aos patrocínios financeiros serão irrelevantes face ao investimento que é realizado pelo Município da Marinha Grande, mas os descontos nos produtos e consequente impacto na receita são significativos para o orçamento anual das associações;

Considerando que se pretende que as Festas da Cidade também contribuam significativamente para a sustentabilidade e desenvolvimento das associações do concelho.

A Câmara Municipal apreciou todas as manifestações de interesse de concessão de patrocínio às “Festas da Cidade” - edição de 2016, expressas pelas empresas Sociedade Central de Cervejas, representante da marca “Sagres”, e Rota do Lis, representante na região da empresa Unicer e da marca “Super Bock”, e reconhecendo a importância determinante de que se revestem este tipo de ações em benefício da comunidade local, e a importância da redução dos encargos financeiros e do financiamento público com a organização do evento “Festas da Cidade”, delibera aceitar a proposta de patrocínio apresentada pela empresa Sociedade Central de Cervejas, representante da marca “Sagres”, designada por “Cenário 2”, por ser aquela que melhores condições apresenta ao nível dos descontos a praticar sobre os produtos a comercializar e que mais favorece a participação das associações locais.

Mais delibera, aceitar as contrapartidas da entidade e acolher a receita previsível de: 2000€ acrescidos de IVA para um intervalo de consumo de cerveja entre 5.500 e 7.500 litros, ou 2500€ acrescidos de IVA, para um intervalo de consumo de cerveja entre os 7.500 e 9.500 litro, ou 3000€, acrescidos de IVA, para um consumo de cerveja superior a 9500 litros.

Esta receita reveste-se de um caráter excecional, ao abrigo do art.º 33.º, nº 1, alínea j), da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, e deverá ser registada contabilisticamente através da rubrica 06.01.02., que respeita à classificação de transferências correntes Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - FESTAS DA CIDADE 2016 – APOIOS E PATROCÍNIOS – INTERMARCHÉ MARINHA GRANDE

291 - Presente a informação nº I/591/2016 de 04 de maio de 2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, a propósito dos patrocínios e apoios obtidos para as “Festas da Cidade” e que a seguir se reproduz:

Tal como tem sido amplamente divulgado, vão realizar-se, no Parque da Cerca, durante os dias 3, 4 e 5 de junho próximo, as “Festas da Cidade”, edição de 2016.

Este evento, que adquiriu já um enorme reconhecimento e adesão popular, visa conferir também, no contexto regional, uma maior notoriedade da Cidade enquanto espaço de cultura e de diversão.

Com um programa diversificado, dirigido a um público heterogéneo, marcado pela presença de grupos musicais de topo no panorama artístico português espera-se, naturalmente, uma afluência substancialmente elevada ao longo dos três dias do evento, com evidente impacto na economia local, decorrente do aumento da frequência de estabelecimentos comerciais e de restauração, em particular os que se situam nas imediações ou no centro da Cidade.

Tratando-se de um evento de massas, com grande visibilidade a uma escala geográfica alargada, a associação de marcas comerciais a uma realização deste tipo é, normalmente, considerada vantajosa por parte de empresas que vêm aqui um importante veículo de promoção dos seus produtos ou marcas.

Foi com base nestes pressupostos que foram estabelecidos contactos com algumas entidades da região visando obter apoios de carácter logístico ou financeiro, por forma a minimizar os custos e o seu impacto no orçamento municipal.

***Intermarché Marinha Grande**, assumirá um apoio financeiro a conceder às “Festas da Cidade” no valor de 1250€;*

Contrapartida

- Presença institucional e promocional nos meios e suportes de divulgação do evento e no espaço da Festa, durante o período que a antecede e ao longo dos três dias de duração, com possibilidade de distribuição de ofertas de “merchandising”;*

As receitas extraordinárias decorrentes dos apoios descritos deverão ser registadas, de acordo com informação da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, pela classificação económica da receita 060102 – Transferências Correntes de Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.

A Câmara Municipal apreciou a informação supra reproduzida e agradece formalmente ao Intermarché Marinha Grande, a concessão do apoio financeiro às “Festas da Cidade 2016”, no valor de 1250€, expressando ainda a sua concordância com as contrapartidas solicitadas, o que permitirá minimizar o financiamento público que decorre da organização do evento pela Câmara Municipal, reconhecendo a importância determinante de que se reveste este tipo de parceria, em benefício da comunidade local, pelo que delibera acolher esta receita, que se reveste de carácter excecional, ao abrigo do artº 33,

nº 1, alínea j) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e que deverá ser registada contabilisticamente através da rubrica 06.01.02. que respeita à classificação de transferências correntes Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - FESTAS DA CIDADE 2016 – APOIOS E PATROCÍNIOS – LPM – COMÉRCIO AUTOMÓVEL, SA

292 - Presente a informação nº 1/591/2016 de 04 de maio de 2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, a propósito dos patrocínios e apoios obtidos para as “Festas da Cidade” e que a seguir se reproduz:

Tal como tem sido amplamente divulgado, vão realizar-se, no Parque da Cerca, durante os dias 3, 4 e 5 de junho próximo, as “Festas da Cidade”, edição de 2016.

Este evento, que adquiriu já um enorme reconhecimento e adesão popular, visa conferir também, no contexto regional, uma maior notoriedade da Cidade enquanto espaço de cultura e de diversão.

Com um programa diversificado, dirigido a um público heterogéneo, marcado pela presença de grupos musicais de topo no panorama artístico português espera-se, naturalmente, uma afluência substancialmente elevada ao longo dos três dias do evento, com evidente impacto na economia local, decorrente do aumento da frequência de estabelecimentos comerciais e de restauração, em particular os que se situam nas imediações ou no centro da Cidade.

Tratando-se de um evento de massas, com grande visibilidade a uma escala geográfica alargada, a associação de marcas comerciais a uma realização deste tipo é, normalmente, considerada vantajosa por parte de empresas que vêm aqui um importante veículo de promoção dos seus produtos ou marcas.

Foi com base nestes pressupostos que foram estabelecidos contactos com algumas entidades da região visando obter apoios de carácter logístico ou financeiro, por forma a minimizar os custos e o seu impacto no orçamento municipal.

LPM – Comércio Automóvel, SA, representante em Leiria das marcas Peugeot e Ford, assumirá um apoio financeiro a conceder às “Festas da Cidade” no valor de 1250€;

Contrapartida

- Presença institucional e promocional nos meios e suportes de divulgação do evento e no espaço da Festa, durante o período que a antecede e ao longo dos três dias de duração, com exposição de automóveis e com a possibilidade de distribuição de ofertas de “merchandising”;***

As receitas extraordinárias decorrentes dos apoios descritos deverão ser registadas, de acordo com informação da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, pela classificação económica da receita 060102 – Transferências Correntes de Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.

A Câmara Municipal apreciou a informação supra reproduzida e agradece formalmente à empresa LPM – Comércio Automóvel, SA, a concessão do apoio financeiro às “Festas da Cidade 2016”, no valor de 1250€, expressando ainda a sua concordância com as contrapartidas solicitadas, o que permitirá minimizar o financiamento público que decorre da organização do evento pela Câmara Municipal, reconhecendo a importância determinante de que se reveste este tipo de parceria, em benefício da comunidade local, pelo que delibera acolher esta receita, que se reveste de caráter excecional, ao abrigo do artº 33, nº 1, alínea j) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e que deverá ser registada contabilisticamente através da rubrica 06.01.02. que respeita à classificação de transferências correntes Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - FESTAS DA CIDADE 2016 – APOIOS E PATROCÍNIOS GRUPO ENTREPOSTO/A. FONTES SA

293 - Presente a informação nº I/591/2016 de 04 de maio de 2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, a propósito dos patrocínios e apoios obtidos para as “Festas da Cidade” e que a seguir se reproduz:

Tal como tem sido amplamente divulgado, vão realizar-se, no Parque da Cerca, durante os dias 3, 4 e 5 de junho próximo, as “Festas da Cidade”, edição de 2016.

Este evento, que adquiriu já um enorme reconhecimento e adesão popular, visa conferir também, no contexto regional, uma maior notoriedade da Cidade enquanto espaço de cultura e de diversão.

Com um programa diversificado, dirigido a um público heterogéneo, marcado pela presença de grupos musicais de topo no panorama artístico português espera-se, naturalmente, uma afluência substancialmente elevada ao longo dos três dias do evento, com evidente impacto na economia local, decorrente do aumento da frequência de estabelecimentos comerciais e de restauração, em particular os que se situam nas imediações ou no centro da Cidade.

Tratando-se de um evento de massas, com grande visibilidade a uma escala geográfica alargada, a associação de marcas comerciais a uma realização deste tipo é, normalmente, considerada vantajosa por parte de empresas que vêm aqui um importante veículo de promoção dos seus produtos ou marcas.

Foi com base nestes pressupostos que foram estabelecidos contactos com algumas entidades da região visando obter apoios de caráter logístico ou financeiro, por forma a minimizar os custos e o seu impacto no orçamento municipal.

Grupo Entrepasto/A. Fontes SA, que se dedica ao comércio de automóveis usados, assumirá um apoio financeiro a conceder às “Festas da Cidade” no valor de 1250€;

Contrapartida

- Presença institucional e promocional nos meios e suportes de divulgação do evento e no espaço da Festa, durante o período que a antecede e ao longo dos três dias de*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

duração, com exposição de automóveis e com a possibilidade de distribuição de ofertas de “merchandising”;

As receitas extraordinárias decorrentes dos apoios descritos deverão ser registadas, de acordo com informação da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, pela classificação económica da receita 060102 – Transferências Correntes de Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.

A Câmara Municipal apreciou a informação supra reproduzida e agradece formalmente Grupo Entrepasto/A. Fontes SA a concessão do apoio financeiro às “Festas da Cidade 2016”, no valor de 1250€, expressando ainda a sua concordância com as contrapartidas solicitadas, o que permitirá minimizar o financiamento público que decorre da organização do evento pela Câmara Municipal, reconhecendo a importância determinante de que se reveste este tipo de parceria, em benefício da comunidade local, pelo que delibera acolher esta receita, que se reveste de caráter excecional, ao abrigo do artº 33, nº 1, alínea j) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e que deverá ser registada contabilisticamente através da rubrica 06.01.02. que respeita à classificação de transferências correntes Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras Privadas.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – SOCIEDADE INSTRUÇÃO E RECREIO 1.º MAIO

294 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pela Sociedade Instrução e Recreio 1.º de Maio, datado de 09 de abril de 2016 com o registo E/3213/2016. A visita será realizada no âmbito de um convívio promovido pela referida associação, para cerca de 80 pessoas, e encontra-se agendada para 14 de maio de 2016.

Considerando que:

- A alínea b), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela “(...) as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas se sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.”

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontram-se os estatutos da associação, aprovados a 10 de maio de 1996, e nos quais se pode ler no artigo 3.º *“A SIR 1.º de Maio é uma associação sem fins lucrativos (...)”*; no n.º 1 do artigo 4.º pode ler-se *“A SIR 1.º de Maio tem como objectivos prioritários a promoção, defesa e valorização dos seus associados (...)”*, e por fim pode ler-se no n.º 2 do artigo 4.º *“Para prossecução destes objectivos, a SIR 1.º de Maio realizará e apoiará iniciativas, entre outras, nas áreas cultural, recreativa, social e desportiva, (...)”*.

- A associação tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da Sociedade Instrução e Recreio 1.º de Maio.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 3, alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, a Sociedade Instrução e Recreio 1.º de Maio do pagamento da taxas de ingresso no Museu do Vidro, no dia 14 de maio de 2016, para um total de cerca de oitenta pessoas.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia onze de maio de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **9.097.809,36€** (nove milhões, noventa e sete mil oitocentos e nove euros e trinta e seis centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

36 - PROTOCOLO DE PARCERIA PARA O FUNCIONAMENTO DA ORQUESTRA JUVENIL DA MARINHA GRANDE

295 - Presente Protocolo de Parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande.

Considerando que:

- a) A criação e funcionamento da Orquestra Juvenil é um projeto comum do Município e da Freguesia da Marinha Grande;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
12/05/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 13

- b) A manutenção da parceria traduz-se na articulação entre as duas autarquias no quadro das respetivas atribuições, ao abrigo do disposto nos artigos 7.º, n.º 1 e n.º 2, alínea d) e 23.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas e) e f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) A Orquestra Juvenil desempenha funções de natureza educativa e cultural de indiscutível interesse público local;
- d) A Orquestra Juvenil deve continuar as suas atividades, reforçando-se a exibição pública das suas performances nos espaços culturais do concelho;

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com os artigos 25.º, n.º 1, alínea j) e 33.º, n.º 1, alínea ccc), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo de Parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande, que se dá por integralmente reproduzido e fica anexo (Anexo 4) e submete-lo a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

296 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião